

# JE

Nº 423 Outubro de 2024

# Jornal dos ECONOMISTAS

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

## Mundo em turbulência



*Rubens R. Sawaya, Venâncio de Oliveira, Michel Gherman, Gilberto Maringoni, Rita Coitinho, Carlos Eduardo Martins, Luiza Peruffo, Demian Castro, Fabricio Pontin, Tatiana Vargas-Maia e Ellen Tristão analisam o contexto atual de um mundo marcado por guerras, disputa pela hegemonia, polarizações políticas exacerbadas, genocídio, ameaça à soberania, busca de domínio tecnológico e sanções econômicas.*

*Hugo F. Corrêa escreve para a série "Atualizando o debate sobre dependência econômica"*

## Mundo em turbulência

■ Nossos articulistas procuram entender o contexto atual de um mundo marcado por guerras, disputa pela hegemonia, polarizações políticas exacerbadas, genocídio, ameaça à soberania, busca de domínio tecnológico e sanções econômicas.

Rubens Sawaya, da PUC-SP, destaca que o eixo norte-atlântico, formado pelos EUA e Europa, reage à ameaça à sua hegemonia imposta pela China com a alternativa que sempre usou: a guerra.

Venâncio de Oliveira, da Unam, aponta que a América Latina vivencia tempos instáveis, com um acirramento político e econômico entre o ressurgimento de governos progressistas e o conservadorismo ultraliberal neofascista.

Michel Gherman, da UFRJ, e Carla Albala Habif, da PUC-Rio, analisam a trágica situação que envolve Israel e a Palestina. A única solução para uma saída pacífica está nas mãos das sociedades civis.

Gilberto Maringoni, da UFABC, acredita que, na Venezuela, defender a soberania implica passar por cima de resultados eleitorais e defender a democracia eleitoral hoje significa triturar o país, com a supremacia de uma extrema direita disposta a tudo.

Rita Coitinho, da UFSC, afirma que Milei se apresenta como um soldado dos EUA, mas não é capaz de encontrar alternativas à China no tocante ao comércio e investimentos.

Carlos Eduardo Martins, da UFRJ, escreve sobre a tensão em Taiwan. Uma eventual reintegração de Taipé a Pequim pode desequilibrar o poder tecnológico mundial na direção da China.

Luiza Peruffo, da Ufrgs, explica como funcionam as sanções econômicas. Os EUA não conseguiram isolar a Rússia com suas sanções, que só beneficiam a China.

Demian Castro, da UFPR, defende que a eleição nos EUA é a mais importante neste quarto de século para uma possível reinvenção da sociedade norte-americana, impactada pela desindustrialização e destruição do mundo do trabalho organizado.

Fabricio Pontin, da Unilasalle, e Tatiana Vargas-Maia, da Ufrgs, entendem que a eleição nos EUA representa o ápice do processo de polarização política, com reflexos mundiais, até nos pleitos municipais no Brasil. A polarização compensa.

Ellen Tristão, da UFVJM, ressalta as diferenças entre Kamala e Trump. Apoiar Kamala significa se posicionar contra a ideologia neofascista.

Publicamos também o artigo de Hugo Corrêa, o terceiro da série "Atualizando o debate sobre dependência econômica".

## Sumário

<b>A hegemonia norte-atlântica em crise</b> .....	3
<i>Rubens R. Sawaya</i>	
<b>América Latina: empates desastrosos e cenários abertos</b> .....	5
<i>Venâncio de Oliveira</i>	
<b>Entre a barbárie e a resistência civil: Gaza, Israel e 2024</b> .....	7
<i>Michel Gherman e Carla Albala Habif</i>	
<b>Venezuela e as possibilidades (quase) impossíveis</b> .....	10
<i>Gilberto Maringoni</i>	
<b>A Argentina em um mundo em transição</b> .....	12
<i>Rita Coitinho</i>	
<b>Taiwan: do velho imperialismo às disputas geopolíticas contemporâneas</b> .....	15
<i>Carlos Eduardo Martins</i>	
<b>As possibilidades e os limites das sanções no mundo em turbulência</b> .....	17
<i>Luiza Peruffo</i>	
<b>Eleição e polarização nos EUA: o que nos importa?</b> .....	19
<i>Demian Castro</i>	
<b>A polarização compensa: Trump e a fragmentação da estratégia eleitoral</b> .....	21
<i>Fabricio Pontin e Tatiana Vargas-Maia</i>	
<b>Quando igualdade não quer dizer identidade</b> .....	24
<i>Ellen Tristão</i>	
<b>Os caminhos da Teoria da Dependência e o ensino de Economia no Brasil</b> .....	26
<i>Hugo F. Corrêa</i>	

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h. Você também pode ouvir os programas pelos sites [www.aepet.org.br/radioaovivo.html](http://www.aepet.org.br/radioaovivo.html) e [www.programafaixalivre.com.br](http://www.programafaixalivre.com.br), canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

## Jornal dos ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ  
E SINDECON - RJ  
Issn 1519-7387

**Conselho Editorial:** Antônio dos Santos Magalhães, Sidney Pascounto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sérgio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes e Fernando D'Angelo Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico, diagramação e ilustração:** Rossana Henriques ([rossana.henriques@gmail.com](mailto:rossana.henriques@gmail.com)). **Revisão:** Bruna Gama. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** [imprensa@corecon-rj.org.br](mailto:imprensa@corecon-rj.org.br)

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

### CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906  
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106  
Correio eletrônico: [corecon-rj@corecon-rj.org.br](mailto:corecon-rj@corecon-rj.org.br)  
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** Antônio dos Santos Magalhães. **Vice-presidente:** José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2023-2025): Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascounto da Rocha - 2º TERÇO: (2024-2026): Antônio dos Santos Magalhães, Fernando D'Angelo Machado, Luis Gustavo Vieira Martins - 3º TERÇO: (2022-2024): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2023/2025): Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2024-2026): Juliana Duffles Donato Moreira, Gilberto Caputo Santos, Flávia Vinhaes Santos - 3º TERÇO: (2022-2024): José Ricardo de Moraes Lopes, Cliciano do Couto Oliveira.

### SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

### Mandato – 2017/2020

**Coordenação de Assuntos Institucionais:** Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

**Coordenação de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

**Coordenação de Divulgação Administração e Finanças:** André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

**Conselho Fiscal:** Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

# A hegemonia norte-atlântica em crise

Rubens R. Sawaya\*

“Estamos vivendo uma transformação ... histórica em sua escala e caráter, semelhante ao que aconteceu nas décadas que se seguiram à travessia do Atlântico por Colombo... e à ... passagem pelo extremo sul da África por Vasco da Gama... Essas expedições ... lançaram as bases para a mudança radical no centro de gravidade econômica e política do mundo, colocando a Europa Ocidental no centro das rotas comerciais globais pela primeira vez na história.” (tradução livre, Frankopan, Peter. *The new silk roads, the present and the future of the World*, Bloomsbury Publishing, London, 2019).

■ Os acordos e as instituições criadas após a Segunda Guerra permitiram os anos dourados do capitalismo sob a hegemonia dos EUA em parceria com a Europa (eixo norte-atlântico). A Otan se constituiu como o braço armado na garantia hegemônica mundial sob a liderança dos EUA. Abriu espaço para a expansão das grandes corporações por investimentos diretos cruzados entre Europa e EUA, espalhando-se sobre a América Latina. Na época, as corporações atuavam como “multinacionais”, uma vez que estavam ancoradas em um determinado Estado, tanto em termos de propriedade como politicamente, com os Estados nacionais como elemento central na expansão de suas corporações.

Aos perdedores da Segunda Guerra, como Alemanha e Japão, foi permitida sua reconstrução produtiva com capital nacional diante da nova disputa geopolítica que dividia a Europa – a União Soviética como poder ameaçador; do lado oriental, a China comunista era a ameaça. Alemanha e Japão constituíam as principais fronteiras de contenção da expansão do comunismo. Não lhes foi permitido recriar seus exércitos.

Durante os anos da Guerra Fria, os EUA espalharam diversas bases militares no Ja-

pão e região, bem como na Europa, para contenção bélica do comunismo. A criação do Estado de Israel no coração do Oriente Médio sempre teve como objetivo ser um “braço militar” do novo eixo norte-atlântico para garantir seu poder político e econômico na região. No Extremo Oriente, os EUA travaram uma guerra inglória no Vietnam para ampliar seu poder na região. Sem sucesso, mantiveram como aliados o Japão e Coreia do Sul como bases militares.

Na periferia, principalmente na América Latina, essa nova “ordem” norte-atlântica garantia seu o controle econômico como espaço de acumulação para o capital multinacional norte-americano, europeu e japonês via investimentos diretos. De qualquer forma, quando necessário, apoiou e incitou governos ditatoriais em garantia ao seu poder político e militar mundial. Tratava-se de uma aliança clássica entre grandes corporações e Estado nacional.

Assim, a “era de ouro” para o capitalismo do eixo norte-atlântico foi garantida pela ocupação militar e econômica de lugares estratégicos para a expansão do capital, subordinando partes importantes do mundo à extração de valor com controle político sobre os Estados locais.

Nos anos 1970 essa ordem começa a ruir. Após a ocupação dos espaços relevantes para acumulação de capital do eixo hegemônico e, diante da necessidade crescente que o grande capital tem de continuar em expansão, o sistema entra em crise. O grande capital precisava de liberdade para se reestruturar em escala mundial e as velhas políticas de intervenção estatal não permitiam. Precisava destruir as instituições desenvolvimentistas que outrora lhe garantiram a acumulação. Clama, assim, por liberdade comercial e financeira para se reorganizar globalmente por fusões e aquisições, para fechar plantas produtivas e concentrar sua produção em de-







terminados lugares; liberdade para reorganizar toda a cadeia global de valor.

Nesse processo, em meio a fusões e aquisições cruzadas, a propriedade do capital se financeriza em grandes *holdings* sob controle de fundos financeiros internacionais. As empresas se transnacionalizam, desconectando seu controle proprietário dos países de origem, bem como espalham suas plantas produtivas por diversos países. A lógica multinacional se transforma em transnacional, sem se desvincular do eixo norte-atlântico onde estão os centros de controle das *holdings*.

Essa transformação estrutural resulta em uma enorme contradição entre a propriedade do capital, transnacional, e os Estados nacionais diversos onde espalham suas plantas produtivas. Os interesses do Estado-nação se desconectam dos interesses econômicos das grandes corporações que, com o neoliberalismo, passam a deter um controle maior sobre os Estados que lhes interessam como base de acumulação extração de valor.

A China aproveita esse movimento do capital. Atrai para seu território as corporações transnacionais sedentas por novos espaços de investimento, mantendo-as sob seu controle político e econômico, sob controle do Estado, principalmente nos setores estratégicos de alta tecnologia. Os objetivos do capital transnacional entram em contradição com os interesses de seu antigo Estado aliado em seu processo de expansão do pós-guerra. As exportações da China para a Europa e EUA são fundamentalmente oriundas de grandes empresas transnacionais do eixo norte-atlântico produzindo na China

em sistema de *joint venture* com capital chinês, conectadas às cadeias de valor globais.

Kissinger, no processo de aproximação com a China que comandou como representante dos interesses do eixo norte-atlântico, não percebe o silencioso movimento chinês de ocupação da estrutura produtiva global, sem a dominação político-militar tradicional usada em garantia ao poder global dos EUA e da Europa sobre a economia mundial no arranjo do pós-guerra. Só se começará a perceber a ascensão da China por volta de 2010.

Para desespero do poder hegemônico em crise, o estilo chinês de expansão se dá por dentro das estruturas produtivas, conquistando países aliados ao atrelá-los ao seu crescimento. Foi assim com seus vizinhos (Anase: Indonésia, Malásia, Singapura, Tailândia, Filipinas, Bornéu, Vietnam, Laos, Myanmar, Camboja), bem como o Japão; também tem sido assim com a Rússia. A política da “nova rota da seda”, com investimentos trilionários em infraestrutura, marca a expansão dessa estratégia para o resto da Ásia, com Índia e Paquistão, para antigos países satélites da União Soviética, para os países do Oriente Médio que estão fora de controle do eixo norte-atlântico, como o Irã, bem como para países africanos esquecidos pelo grande capital em seu processo de expansão do pós-guerra ou que foram somente espoliados pela extração mineral.

O eixo hegemônico do pós-guerra demorou para se dar conta do que vinha ocorrendo. Não percebeu que o próprio neoliberalismo que defendera, ao dar total poder às grandes corporações em seu processo de ex-

pansão e financeirização, foi o caminho de sua ruína. Os EUA desesperados e a Europa imobilizada pelo susto não veem outra alternativa senão a que conhecem, a guerra, usada desde os primórdios do capitalismo como fenômeno europeu em sua criação e expansão.

Tentam, assim, provocar o eixo de poder econômico que surge. Usam a expansão da Otan para novos territórios da Europa Oriental, empurrando, por exemplo, a Ucrânia para a destruição numa “guerra por procuração”. Atiçam países como a Coreia do Norte e Taiwan. Incentivam e financiam movimentos populares locais para desestabilizar governos, como fizeram nas “Revoluções Coloridas”, na “Primavera Árabe” e outros movimentos que há tempos destroem países como a Síria e Líbano. O genocídio na Palestina talvez seja algo que tenha saído do controle, mas serve tanto aos objetivos expansionistas de Israel como aos geopolíticos de pressão sobre o Irã para desestabilizar a região, como sempre fizeram em seu processo expansionista.

Vale acrescentar que esse movimento do eixo hegemônico em crise interessa aos grandes capitais transnacionais, embora estes se aliem em parte aos interesses chineses, dado que ganham muito na China e não desejam as políticas protecionistas dos EUA e da Europa. Por outro lado, querem se livrar do controle do Estado chinês para ter liberdade no país nos negócios com os países vizinhos. No Oriente Médio, esperam faturar com a reconstrução. Isso sem falar da indústria armamentista, que deseja apenas manter o mundo em guerra permanente, como é característico da lógica bélica do sistema sob o comando do eixo norte-atlântico.

Que o eixo do mundo está mudando de forma violenta não há mais dúvidas. A grande questão é se esse novo arranjo repete ou não as características do imperialismo clássico europeu/norte-americano em suas diferentes formas históricas. Os chineses juram que são diferentes. O fato é que nessa nova ordem, se os países periféricos não garantirem seus interesses, mais uma vez estarão fora do jogo se subordinado a ele.

\* É professor e vice-coordenador do Programa de Pós-graduação em Economia Política da PUC-SP e coordenador do World Economy Working Groupe (IIPPE).

# América Latina: empates desastrosos e cenários abertos

Venâncio de Oliveira\*

■ A América Latina vivencia tempos instáveis em sua história econômica já marcada por altos e baixos. No entanto, chegando à metade da década de 20 do século XXI, há uma singular instabilidade regional em tempos de estreitamento dos mercados internacionais, marcada pela guerra na Ucrânia e o conflito na Palestina. Dessa forma, essa conjuntura se caracteriza por um acirramento político e econômico regional: de um lado, o ressurgimento de governos progressistas; de outro, um conservadorismo ultraliberal que flerta com um neofascismo latino-americano.

Diferente de um alto crescimento econômico com distribuição de renda, que marcou o progressismo do começo do século XXI no Brasil, Argentina, Equador, Bolívia, Uruguai e Venezuela, há um empate catastrófico na região, com uma tendência regional à recessão. Assim, a América Latina apresentou uma tendência de queda do crescimento econômico, depois de um crescimento de 3,9% em 2022; em 2023, passou a 2,1% (CEPAL, 2024). É preciso retroceder um pouco para entender os determinantes dessa conjuntura: o ajuste das *commodities* abriu um período ainda mais conturbado tanto política quanto economicamente. Em 2015, houve um período que abriu crises regionais que colocaram em xeque os governos progressistas, desde a vitória de Macri na Argentina até o golpe de 2016 no Brasil.

Assim, se reatualiza a discussão sobre desenvolvimento e dependência, nas disputas regionais por recursos naturais e na superação da nossa condição estrutural de inserção subordinada. Pois, nessa toada de instabilidade e conflitos entre modelos, ve-

lhos problemas se evidenciam, como os desafios em resolver os déficits externos e públicos, da industrialização, da escassez de reservas, da desvalorização da taxa de câmbio, etc. Esses problemas retornam com novas roupagens na disputa entre progressismos e neoconservadorismos.

Há um interregno em relação ao que foi o ciclo de progressismos e, num balanço inicial, é possível perceber um desempenho econômico melhor dos velhos progressismos. Minha hipótese é que conseguem traduzir as demandas populares por meio de um arranjo institucional mais consolidado, capaz de promover políticas distributivas, sem, contudo, articular um novo *boom*, nem conformar uma hegemonia capaz de criar a paz do ganha-ganha dos pactos sociais.

No Brasil, é possível perceber como a reestruturação e a retomada das políticas sociais já garantem uma melhoria do mercado de trabalho. No caso boliviano, havia uma institucionalidade comunitária que conseguiu ser resiliente ao golpe de 2019 e recolocar um presidente do Pmas. Ao assumir, tenta aprofundar as políticas de substituição de importações e de economia popular. Dentro desse projeto, posso citar o *Fondo Concursable de Inversión Pública Productiva* (Focipp), que destinou até 216 milhões de dólares aos governos autônomos municipais e indígenas para financiar projetos de investimento para substituição de importações, infraestrutura produtiva e demais projetos produtivos (CESLA, 2022). No entanto, esse esforço esbarra no dólar, na dependência de exportação de gás e na industrialização do lítio. A dívida pública chegou a 45% do PIB e a dívida externa a 28% do PIB, com déficit externo de 229 milhões. No entanto, 45% das exportações são de produtos ma-



nufaturados. Esse processo gerou uma pequena crise e uma desaceleração do crescimento, criando conflitos que impulsionam as campanhas das direitas, além do divisionismo interno no Pmas. Ainda assim, conseguiram um bom resultado econômico de 3,6% em 2022 e 3,1% em 2023.

No Chile, há uma dificuldade ainda maior de traduzir a hegemonia das ruas em modelo econômico. A herança liberal do Pinochetismo, a ausência de instituições públicas capazes de promover investimento e políticas distributivas, aliadas a uma versão moderada e social-liberal da nova esquerda, resultaram em baixíssimo crescimento econômico, de 0,2% em 2023 (CEPAL, 2024). Isso parece estar mudando este ano, com a aprovação da Lei de Orçamento de 2024 (Ley de Presupuestos 2024), que aumentou os gastos públicos em 3,5%, com ênfase em segurança, saúde, educação, habitação e cultura (CESLA, 2024), onde Boric prometeu a criação de 100 mil empregos via Estado. Petro, na Colômbia, tem tido desafios semelhantes, ainda que com um desempenho econômico melhor, alcançando 7,3% em 2022; no ano passado, houve uma queda vertiginosa, apresentando um crescimento de apenas 0,6%.

No México, as mudanças institucionais começaram a surtir efeito nos últimos dois



anos do mandato de Obrador. Após um período com dificuldade de obter resultados econômicos, houve uma melhora, com reformas nas pensões, criação de uma política social e aumento dos salários, gerando um crescimento moderado (3,7% em 2022 e 3,2% em 2023), o que garantiu a eleição de Claudia Sheinbaum. Além disso, o país se beneficiou do conflito entre China e Estados Unidos, com a instalação de plantas industriais chinesas no que se conhece como *nearshoring*, ou seja, o movimento de deslocamento das fábricas para mais perto dos mercados consumidores. Por fim, Lopez Obrador ainda pretende aprovar um conjunto de 20 reformas que, entre outras medidas, visa a “constitucionalizar” e consolidar os programas sociais de bolsas para estudantes, saúde universal e gratuita, além de retomar uma previdência pública e adotar uma política salarial que garanta valorização acima da inflação.

Na Argentina, o caos impera. Conforme já mencionado, a tentativa de retorno do progressismo não teve sucesso. Cristina Kirchner não se entendeu com Fernández. As tentativas de fortalecimento do setor de hidrocarbonetos não surtiram efeito e a combinação entre aumento no preço da gasolina, desvalorização cambial e empréstimos com o FMI teve um efeito corrosivo, incrementando a inflação. Isso resultou na ascensão de um “Bolsonaro argentino”: Mi-

lei. Usando uma estratégia de terror, com reformas abrangentes, ele busca desmantelar políticas públicas. O resultado é uma tendência à depressão: depois de um crescimento de 5,3% em 2022, o país passou a -1,6% em 2023.

Outra versão da extrema direita está no Equador, com Daniel Noboa, que governa por meio de estados de emergência, e em El Salvador, com o autointitulado “ditador mais legal do mundo”, Bukele. Eles estão criando um Estado Prisão e impulsionando a economia pela intensificação do encarceramento em massa. El Salvador teve uma experiência pouco exitosa de políticas sociais, com os governos da *Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional* (FMLN), que não conseguiram reverter a institucionalidade ultraliberal, dada a fragilidade da economia, a dependência de remessas de migrantes e das maquiladoras e a alta integração com os Estados Unidos. Sendo um país pequeno, não teve o crescimento que vimos em outros lugares. Com as velhas denúncias de corrupção, mais um político que se reivindica *outsider* assume o poder, apesar de vir de setores políticos tradicionais. Com o discurso lacrador nas redes sociais e uma política monetária amparada em *bitcoins*, Bukele investe pesado no encarceramento em massa e na indústria de segurança privada.

Esse panorama demonstra uma dinâmica altamente instável, onde ninguém está consolidado em suas posições. Há uma tendência de empate desastroso, com possibilidades e cenários totalmente abertos. Velhos problemas voltam à cena e, quando a taxa de câmbio desvaloriza, os mercados se desesperam e a inflação aumenta, lembramos que somos países dependentes e de inserção subordinada – isso sem contar os golpes que batem à nossa porta desde alguma embaixada estadunidense.

Entendo, no entanto, que há caminhos possíveis nesse breve balanço que fiz, e que passam por considerar os seguintes fatores:

É necessário ter arranjos institucionais capazes de traduzir as demandas populares em modelos econômicos. São necessárias instituições públicas e empresas públicas

capazes de articular políticas de emprego e distribuição, tornando as políticas sociais endógenas ao sistema, ou seja, servindo como um salário indireto, capaz de frear a superexploração do trabalho;

Ainda que os governos progressistas angariem aliados liberal-democratas contra a extrema direita, é preciso enfrentar o medo do déficit público, pois a experiência argentina foi um fracasso (o acordo com o FMI colocou uma pá de cal em qualquer perspectiva de recuperação econômica);

As especulações com as moedas e os déficits na balança de pagamentos serão mais recorrentes que no começo do século, pois, antes, as bolhas das *commodities* ajudaram a criar uma ilusão de países superavitários. Assim, é necessário um esforço maior de integração econômica, financeira e produtiva capaz de enfrentar esse problema crônico;

Políticas produtivas levam tempo, ou seja, a mais déficits. Só será possível manter uma inflação e um mercado de trabalho estável com políticas agrícolas e criação de emprego via serviços públicos. Nesse caso, conviveremos com baixo crescimento econômico, mas também com baixa taxa de desemprego, o que leva a solavancos políticos e factóides da extrema direita (com o risco de se tornarem problemas sistêmicos).

### Fonte dos dados:

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal). *Estudio Económico de América Latina y el Caribe*, 2024 (LC/PUB.2024/10-P), Santiago, 2024.

Informes econômicos da Cesla, disponível em <https://www.cesla.com/>

\* É doutor em Economia pela Universidade Autônoma do México (Unam). Trabalhou na América Central com pesquisa sobre alimentos e com comunidades indígenas. Atualmente trabalha com questões ambientais no Brasil.





# Entre a barbárie e a resistência civil: Gaza, Israel e 2024

Michel Gherman\*  
Carla Albala Habif\*\*

■ Em maio de 2024, o Papa Francisco recebeu no Vaticano, durante o evento Arena da Paz, o israelense Maoz Inon e o palestino Aziz Abu Sarah, que subiram ao palco conjuntamente para saudar o líder religioso e, posteriormente, saíram de mãos dadas. A cena incomum, bem diferente da maioria das imagens que vemos na mídia cotidianamente, de um palestino e um israelense juntos, de mãos dadas, foi protagonizada por duas pessoas que perderam muito no conflito. Abu Sarah teve seu irmão mais velho assassinado durante a Segunda Intifada (2000-2005). Seu irmão foi preso por atirar pedras em soldados israelenses e faleceu quando saiu da prisão em decorrência de ferimentos internos ocasionados pelas agressões que sofreu. Abu Sarah tinha 9 anos quando isso aconteceu.

Inon perdeu, por sua parte, seus pais no dia 7 de outubro de 2023, durante os ataques do Hamas ao sul de Israel. Eles foram queimados enquanto tentavam se proteger em um *bunker* no Kibutz em que viviam. Segundo Inon, o corpo de sua mãe foi tão deteriorado pelo fogo que não pôde ser reconhecido.

Depois da tragédia de 7 de outubro, Abu Sarah escreveu para Maoz Inon para desejar-lhe condolências, ao que Inon agradeceu, afirmando que não estava chorando somente por seus pais, mas também pelas pessoas em Gaza que estavam perdendo suas vidas. A partir de então, os dois iniciaram sua parceria na busca conjunta pela paz.

Quando analisamos o conflito e a escalada da violência entre Israel e Palestina, é fundamental perceber que, para além das disputas entre governos e interesses políticos, há dinâmicas fundamentais e complexas que ocorrem entre as sociedades civis de parte a parte. En-

tender que há pessoas comuns envolvidas em um ciclo de violência profundo e duradouro é essencial na compreensão tanto da durabilidade desta guerra, quanto da necessidade de ela terminar. Maoz Inon e Aziz Abu Sarah são apenas duas das centenas de milhares de pessoas que perderam familiares em decorrência do que conhecemos como o conflito entre Israel e Palestina. Esse número tem aumentado em escalas assustadoras ao longo do último ano.

O atual cenário que testemunhamos cotidianamente ao abrir os jornais e as redes sociais é de uma escalada de violência sem precedentes. Apesar de se iniciar muito antes disso, seu último e mais bárbaro ciclo foi desencadeado após os ataques do grupo palestino Hamas ao sul de Israel no dia 7 de outubro de 2023.

Em uma ação surpresa, membros do Hamas infiltraram o território israelense e realizaram ataques em Kibutzim, cidades e em um festival de música que acontecia na região. Mais de mil pessoas foram assassinadas e mais de 200 foram feitas reféns e levadas à Faixa de Gaza. Centros de moradias inteiros foram destruídos.

Seguindo-se aos ataques, o governo de Israel iniciou o que se desenrolou na pior ofensiva até então na Faixa de Gaza, em uma ação que anuncia como sendo uma guerra contra o Hamas, com o objetivo de desmantelar o grupo para que nada do tipo possa se repetir. O número de civis assassinados ao longo dos ataques já ultrapassa o número de 40 mil pessoas. A maior parte da população de Gaza foi forçada a se deslocar desde o início dos ataques. As pessoas na região enfrentam não somente a insegurança da investida militar israelense, mas condições precárias de moradia, falta de alimentos, água e medicação. Do lado israelense, muitos ainda estão reféns do Hamas e não se sabe ao certo quantos permanecem vivos.



Carla Albala Habif



Michel Gherman



Há muito o que se analisar no sentido político sobre este cenário. Primeiro, é fundamental localizá-lo como parte integrante de um ciclo de violência que está em vigor há décadas – senão há um século. A narrativa histórica de como tudo começou é complexa, mas é fato que israelenses e palestinos estão envolvidos em um processo, continuamente perpetrado e intensificado pela ocupação militar israelense na Palestina desde 1967.

A dinâmica da ocupação realiza uma série de violências cotidianas, que vão da limitação de mobilidade através dos *checkpoints* a violências físicas individuais, destruição de moradias, ocupação de terras e uma profunda violência psicológica. O ciclo segue quando palestinos, de forma individual ou coletiva, por parte de grupos civis, paramilitares e políticos, agem em reação, movidos por uma série de fatores – resistência, vingança e raiva.

Quando setores da sociedade israelense são atingidos, intensifica-se a ideia de que há um inimigo que não quer a paz e que, portanto, precisa ser combatido. A sociedade israelense é atingida, também, na medida que cumpre com o serviço militar e, inadvertidamente, sofre baixas no processo. O serviço no exército, que se inicia usualmente aos 18 anos, representa ainda uma série de questões psicológicas para os jovens israelenses. Inseridos em décadas e décadas dessa dinâmica, palestinos e israelenses que vivem muito próximos geograficamente, mas sem muitas possibilidades de interações sociais que ultrapassem a lógica da ocupação militar e através de experiências reais de violência, estão imersos na compreensão de que há esse outro, esse inimigo, que representa uma ameaça a suas vidas e a de seus entes queridos. Décadas de luto e raiva. E de não conhecer frente a frente o outro, como uma pessoa que sente dores semelhantes às suas.

Desta forma, olhar para o 7 de outubro e o decorrer da escalada de violência desde então como um evento isolado é um erro analítico grave. Nas semanas que se seguiram ao ocorrido, muito se falou e escreveu sobre a invasão do Hamas ter quebrado o *status quo* na região. No entanto, é essencial compreender que o *status quo* não era positivo antes disso, do contrário, era dos mais violentos.

De acordo com o relatório da Human Rights Watch publicado no início de 2023, as



autoridades israelenses dobraram a violência em relação aos palestinos nos territórios ocupados desde 2022. O relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre a situação dos territórios ocupados, publicado também em 2023, indicou que 2022 foi o ano com o número de mais mortes de palestinos provocado por parte das Forças de Defesa de Israel nos últimos 17 anos, e marcou o ano com mais mortes de israelenses em decorrência do conflito desde 2016. A intensificação da violência que vemos agora, portanto, é na realidade uma continuidade do que já vinha acontecendo. A realização de um ataque com a capacidade e intensidade que ocorreu no 7 de outubro de 2023 por parte de um grupo palestino foi inédito. A probabilidade de que algo do tipo fosse ocorrer, com a reação também sem precedentes por parte de Israel, era provável.

Partir dessa compreensão é necessário para entendermos o segundo ponto: as lideranças políticas em questão. Lideranças essas que, após praticamente um ano de hostilidades extremamente violentas, não estão mais perto de chegarem a um acordo de cessar fogo. Do lado israelense, há a coalizão de Benjamin Netanyahu, que ocupa o cargo de primeiro-ministro há mais de uma década, com curtos períodos de interrupção. Os governos de Netanyahu têm sido marcados por

intensificação tanto da ocupação territorial, quanto da violência em relação aos palestinos. Com o foco no discurso da necessidade de segurança por parte deste governo, a sociedade israelense tem vivido a degeneração de outras áreas, como saúde e educação.

Ao longo dos últimos anos, com a complexidade do formato político do Parlamento israelense, a votação de novas leis e a insistência de Netanyahu de permanecer no poder, os cidadãos de Israel acusam o perigo iminente da intensificação de uma política extremista. Desde o 7 de outubro, Netanyahu tem focado suas falas e decisões em torno da invasão de Gaza com o propósito, segundo ele, de aniquilar o Hamas. Nas conversações acerca de um possível acordo de cessar-fogo e devolução dos reféns, o atual primeiro-ministro israelense insiste em seguir a ofensiva e em manter o exército em uma faixa territorial entre o Egito e a Faixa de Gaza, da qual o Hamas demanda a retirada das forças armadas.

Do lado palestino, há o Hamas. O grupo, que está à frente do governo da Faixa de Gaza oficialmente desde 2007, se apresenta como uma organização religiosa islâmica e possui um braço armado, as Brigadas Al-Qassam. Diferente do Fatah, partido palestino no governo da Cisjordânia, o Hamas jamais reconheceu a legitimidade do Estado de Israel, não aceitando dialogar oficialmente em um possível caminho



político que pudesse levar a um acordo. Exercendo um governo religioso, militarizado e autocrático na Faixa de Gaza, o Hamas também tem sido alvo de críticas sociais por parte de palestinos residentes na região por questões como corrupção e uma série de dificuldades sociais decorrentes da má distribuição de bens.

Embora enfrentando fortes críticas sociais dos dois lados, os governos de Netanyahu e do Hamas têm se retroalimentado na medida em que a violência é colocada como uma prioridade – do lado da Palestina, com o discurso de aniquilar as forças que desenvolvem a ocupação militar e, do lado israelense, com o discurso de se proteger destes ataques. Em meio ao atual cenário, embora os ataques do exército de Israel estejam matando milhares de palestinos e destruindo a região e cidadãos israelenses sigam reféns do Hamas, os dois governos não estão próximos de acordar um cessar-fogo.

Esta tensão tem sido ainda mais aprofundada pela dinâmica da política externa. Por um lado, Estados Unidos, Egito e Qatar estão envolvidos na mediação das conversas sobre um possível acordo de cessar fogo. Os EUA mantêm comumente a posição de fornecer algum tipo de apoio ao governo israelense. Embora o atual governo não esteja propriamente concordando publicamente com a ofensiva em Gaza, tampouco está exprimindo críticas profundas às ações militares israelenses. Em ano de eleição, a postura geopolítica dos Estados Unidos em relação ao conflito Israel e Palestina toma uma posição importante, uma vez que grande parte da população está pressionando para um dos lados – ou que o governo deveria apoiar Israel mais firmemente, ou pressionar Israel de forma mais firme por um cessar-fogo. O Egito, que tem um acordo de paz com Israel desde o final da década de 1970 e também possui fronteira com Gaza, usualmente mantém uma posição também mais neutra de não apoiar as ações de Israel em território palestino, mas não criticar a ponto de possivelmente prejudicar as relações estáveis com o Estado vizinho. Em relação ao Qatar, o país se diz comprometido com uma mediação neutra. No entanto, o país atuou como um dos financiadores do Hamas e, simultaneamente, mantém relações comerciais importantes com Israel. Os países mediadores,

neste caso, parecem estar em posições delicadas em relação aos seus próprios interesses para adotar uma política que pressione os lados por um acordo de cessar-fogo.

Há, ainda, as tensões ao norte de Israel na fronteira com o Líbano. O país abriga o Hezbollah, também uma organização política islâmica que possui um braço armado e tem relações de apoio com o Hamas. Desde 7 de outubro de 2023, a troca de ataques entre o exército de Israel e o Hezbollah tem aumentado, resultando em mortes de ambos os lados. Embora os ataques não tenham se expandido em uma guerra territorial, o aumento das ofensivas tem tornado esta perspectiva mais real.

Há que se considerar, ainda, o Irã. As hostilidades entre Irã e Israel são bem anteriores à atual escalada de violência em Gaza. Um conflito armado entre os dois países é um grande receio regional, devido ao arsenal de armas que ambos possuem, o que poderia gerar uma verdadeira catástrofe para todos os países em torno. Além de apoiar a causa palestina, o Irã é reconhecidamente apoiador político e financiador tanto do Hamas, quanto do Hezbollah.

O contexto não é favorável. Com as conversações acerca do cessar-fogo não avançando, países mediadores que se refreiam de pressionar o governo de Israel e o Hamas e outras tensões regionais se intensificando, a probabilidade de uma guerra maior na região é real.

Ainda assim, é neste cenário que Mazin Inon e Aziz Abu Sarah encontraram o Papa juntos e saíram de mãos dadas. É exatamente neste contexto que um novo ator tem se tornado mais ativo e cada vez mais fundamental: a população civil. Ao longo dos últimos meses, a população de Gaza se manifestou dentro das possibilidades, expressando seu descontentamento em relação ao governo do Hamas, que colocou e coloca seus civis em risco e que não tem, há meses, gerido uma distribuição efetiva de itens básicos, como alimentação e remédios. As ruas de Israel presenciaram nas últimas semanas as maiores manifestações desde que a atual escalada de violência se iniciou, mais de meio milhão de pessoas foram às ruas para pressionar o governo por um cessar-fogo e retorno dos reféns.

Inon e Abu Sarah são representantes de um setor social que compreende cada vez

mais claramente a necessidade de uma outra saída, o fim do ciclo de violência, que pode ser alcançado através de um processo de reconciliação e da fomentação de uma sociedade compartilhada. As organizações de atuação conjunta palestina e israelense que conseguem atuar dentro de Israel têm se fortalecido, aumentado em número de colaboradores e desenvolvido trabalho conjunto para que as mortes que ocorreram até então sirvam de lição, e não como vingança. Inon e Abu Sarah, que perderam familiares próximos no conflito, têm atuado juntos em favor da paz e de um futuro compartilhado entre palestinos e israelenses. Em uma entrevista conjunta fornecida à revista +972, Inon afirmou que eles estão sonhando, mas com um plano. Que checam constantemente se suas ações estão sendo efetivas e que a fórmula para se criar esperança é imaginar juntos um futuro melhor e tornar esse futuro uma realidade. Ele afirma que esse movimento tem sido eficiente e está crescendo. Na mesma entrevista, Abu Sarah expressou que este não é o momento de se dizer quais seriam as fronteiras de cada país em um futuro acordo de paz. Segundo ele, este nunca foi o problema. O problema é, na realidade, reunir vontade, uma massa social crítica que de fato apoie um acordo.

Como eventos anteriores na História já comprovaram, desde o processo de independência da Índia até a Primavera Árabe, a retirada de apoio e a pressão popular são ferramentas muito relevantes e capazes de trazer mudanças políticas profundas. Nos termos de perspectivas em relação à atual violência na região, a trágica situação que envolve Israel e a Palestina coloca a ideia de que a única solução para uma saída pacífica está nas mãos das sociedades civis.

*\* É professor do Departamento de Sociologia da UFRJ e do programa de pós-graduação em História Social da UFRJ, pesquisador do Centro Vital Sasson de estudos da Universidade Hebraica de Jerusalém e do Observatório da Extrema Direita no Brasil e autor do livro O não judeu, judeu: A tentativa de colonização do judaísmo pelo bolsionarismo, publicado em 2018 pela editora Fósforo.*

*\*\* É doutora em Relações Internacionais (PUC-Rio), mestre em História (UFRJ) e historiadora (UFF) e pesquisa e escreve sobre as relações entre Israel e Palestina, não violência e resistência civil.*



# Venezuela e as possibilidades (quase) impossíveis

Gilberto Maringoni\*

## 1.

À medida que as semanas passam, consolida-se a percepção de que Nicolás Maduro fraudou as eleições presidenciais venezuelanas de 2024, realizadas em 26 de julho. Os resultados foram oficializados menos de 24 horas depois de fechadas as urnas, quando pouco mais de 80% dos votos tinham sido apurados e havia, aritmeticamente, chances de a oposição virar o jogo. Na sequência, no mesmo dia, meia dúzia de comandantes militares, em trajes camuflados, produziram um caricato vídeo manifestando apoio ao presidente teoricamente eleito. Ao invés de se portar como todo vitorioso, que busca apaziguar ânimos apartados pela disputa, convocando a unidade nacional, Maduro desatou forte repressão sobre os que protestavam nas ruas contra os resultados. As forças de segurança colocaram na cadeia mais de dois mil ativistas nos dias seguintes. O candidato opositorista, temendo prisão, exilou-se na Espanha. As atas eleitorais, que poderiam atestar a vitória, não apareceram.

## 2.

Os enfrentamentos eleitorais das últimas duas décadas foram marcados pela pouca sutileza com que o chavismo usou a máquina pública em seu favor e pela baixa tradição democrática opositorista. Realizadas num momento de forte tensão na seara internacional, com ascensão da extrema direita no continente, a corrida rumo ao palácio de Miraflores de 2024 acaba por estender laços para além das fronteiras nacionais. Num contraste digno de manuais políticos, não é errado afirmar que uma derrota de Maduro – que desde a chegada ao poder buscou se aproximar de Pequim e Moscou – representará uma vitória para Washington.

## 3.

O governo Maduro se torna um problema para a esquerda num ano em que a direita ataca a democracia em vários países. No continen-

te, Dina Boluarte, que liderou um golpe de Estado no Peru em dezembro de 2022, segue no poder e é saudada pelo presidente Lula, Javier Milei investe contra direitos dos trabalhadores argentinos, fecha órgãos de defesa da cidadania e tenta naturalizar os horrores da ditadura (1976-83) e Nayab Bukele aprofunda a prática de Estado policial em El Salvador. Em outros continentes, Volodymyr Zelensky prorroga seu próprio mandato presidencial na Ucrânia e Emmanuel Macron concretiza uma desleal manobra parlamentar para inverter o sentido de sua derrota eleitoral em julho último. No entanto, a hegemonia midiática dos grandes monopólios tenta passar a ideia de que Maduro é exceção num mundo harmônico.

## 4.

O chavismo não montou uma ditadura real nos últimos 25 anos, mas um regime cujos mecanismos de defesa comprometem o pleno funcionamento democrático. É preciso, no entanto, reconhecer que o governo goza de razoável aceitação popular. Somente repressão militar não explica sua capacidade de iniciativa e de galvanizar a opinião pública para resistir a nove tentativas de golpe a partir de 2002 e a uma década de pesado cerco econômico imperial. Em síntese, mesmo em condições de isolamento, o presidente venezuelano resistiu e possivelmente resistirá por bom tempo. Derrubá-lo não será um passeio.

## 5.

A Venezuela não se recuperou totalmente de mais de uma década de sucateamento de sua indústria petroleira. Entre o início de 2014 e o início de 2016, uma baixa histórica nos preços internacionais do petróleo levou o barril a desabar de US\$ 96 para cerca de US\$ 40. O cru pesado, que representa a maior parte da produção venezuelana, chegou a pouco menos de US\$ 30. De acordo com a Opep (Organização dos Países Produtores de Petróleo), a extração de óleo oscila, desde abril último, entre 800 e 850 mil barris diários, cerca



de 25% da média de 3,1 milhões produzidos na primeira década do século. Queda vertiginosa nos preços internacionais entre 2013 e 2015, incompetência gerencial, falta de manutenção e oito anos de embargo econômico atingiram a PDVSA (Petróleos de Venezuela S. A.) e resultaram em desastre próprio de tempos de guerra. Detalhe: o produto representa cerca de 95% do valor anual das exportações.

## 6.

Entre 2014 e 2021, a Venezuela enfrentou um abismo econômico que se traduziu numa queda de quase 75% de seu Produto Interno Bruto, segundo a plataforma Statista. Apenas em 2020, primeiro ano da pandemia, o mergulho foi de 30%. Há uma lenta recuperação, graças à volta do país ao mercado internacional de hidrocarbonetos. Mesmo assim, é perceptível nas camadas populares a sensação de leve melhoria na qualidade de vida e nos serviços públicos, pelo menos na capital. De acordo com o FMI, o PIB de 2023 foi de US\$ 102,3 bilhões, cerca de um sexto do PIB do estado de São Paulo. Depois de alcançar US\$ 372 bilhões em 2016, o indicador afundou até US\$ 44 bilhões em 2020.

## 7.

A inflação destruiu a moeda nacional, batendo 65 mil por cento em 2018. Diante dessa magnitude, os atuais 100% anuais aparentam indicar momentos de calma. As condições de vida internas pioraram com seguidas investidas dos governos Obama e Trump. A Venezuela foi alvo de mais de 150 sanções emitidas pelos EUA, Canadá, União Europeia e Reino Unido. A confluência de crises apresenta elevado custo social. Segundo a Agência da ONU para Refugiados (Acnur), há mais de 7,7 milhões venezuelanos fora do país, diante de uma população residente de 28 milhões.

## 8.

A situação mudou a partir da deflagração da Guerra da Ucrânia, em 2022. Um cerco econômico impediu a Rússia de comercializar petróleo e gás com a Europa. Diante de restrições na oferta, os preços internacionais explodiram.

Na busca por novos fornecedores, o Departamento do Tesouro dos EUA anunciou, em novembro daquele ano, uma licença para o retorno das operações da Chevron – gi-

gante do ramo energético – na Venezuela, suspendendo parte das sanções. Os dois governos acabaram por acertar a volta dos Estados Unidos como comprador do petróleo caribenho. A iniciativa permitiu uma rápida melhoria econômica interna à Venezuela.

## 9.

O passo seguinte envolveu negociação mais complexa. Em 17 de outubro de 2023, governo e oposição sentaram-se à mesa e fecharam em Barbados uma série de acordos mediados pela Noruega e apoiados por vários países, entre eles o Brasil. Acertou-se a libertação de lideranças opositoras presas e a suspensão parcial de várias sanções impostas por Washington, a partir da combinação de que as eleições seriam livres, limpas e sem restrições para a oposição.

## 10.

Em 26 de março último, a engenheira e ex-deputada Maria Corina Machado (2011-14) não conseguiu registrar seu nome para disputar as eleições presidenciais, bem como o de sua substituta, Corina Yoris. Próxima ao ex-presidente George W. Bush, Machado foi acusada de receber dinheiro de entidades dos EUA para desenvolver ações golpistas. Em 26 de janeiro último, o Tribunal Supremo de Justiça cassou seus direitos políticos por 15 anos. A partir daí, Washington considerou rompidos os acordos de Barbados e anunciou o restabelecimento de sanções.

## 11.

Maria Corina é a principal figura pública da coalizão opositora, cujo candidato presidencial foi o diplomata Edmundo González, de 74 anos. Maria Corina é uma das signatárias da Carta de Madri, lançada em 2020 por várias personalidades e agremiações da extrema direita global. Um dos objetivos do documento era alertar o mundo para “O avanço do comunismo [que] representa uma séria ameaça à prosperidade e ao desenvolvimento das nossas nações”. Além da dirigente venezuelana, perfilaram-se entre os signatários Javier Milei (Argentina), Giorgia Meloni (Itália), Bia Kicis, Eduardo Bolsonaro (Brasil), José Antonio Kast (Chile) e Guillermo Lasso (Equador).

## 12.

Assim, a disputa vai muito além da contagem interna de votos. Um total de 53 países reconheceu a vitória de Maduro nas eleições. Entre eles estão China, Rússia, Paquistão, Turquia, além de vários do Sul Global. De outra parte, Estados Unidos, Brasil, Colômbia, Argentina, Chile e a maior parte dos membros da Otan, entre outros, rechaçam os resultados. Ou seja, a eleição está delimitada pela disputa de poder entre o eixo atlântico (EUA e Europa Ocidental) e o eixo China-Rússia-Sul Global.

## 13.

O governo brasileiro exigiu a apresentação das atas eleitorais para reconhecer o novo governo. Há um dilema real na disputa: a Venezuela irá se subordinar à lógica da Otan, ou desafiará o poder de Washington, alinhando-se aos países que compõem o Brics? A pressão de Brasília vai além, chegando a sugerir novas eleições ou a constituição de uma coalizão governo-oposição para dirigir o país. As propostas foram rechaçadas tanto pelo governo quanto pela oposição. O Brasil vê sua diplomacia perder capacidade de articulação regional, no momento em que o futuro imediato está em aberto, à espera do resultado das eleições nos EUA. Na Venezuela, defender soberania parece implicar passar por cima de resultados eleitorais objetivos. E defender a democracia eleitoral hoje significa triturar o país, com a supremacia de uma extrema direita disposta a tudo, a começar pela privatização do petróleo.

## 14.

A escolha é amarga. Talvez a melhor alternativa agora seja dar uma no cravo e outra na ferradura, como fez o México: reconhecer o governo que se inicia em 2025 e abrir mão de tentar mediar diferenças quase impossíveis. É duro e complicado, mas as relações internacionais não seguem rotas fáceis ou virtuosas a todo momento. Parece ser o único caminho para a diplomacia brasileira não se desmoralizar no continente.

*\* É professor associado de Relações Internacionais da UFABC.*





# A Argentina em um mundo em transição

Rita Coitinho\*

## O pano de fundo

As relações internacionais em nossa época estão caracterizadas, fundamentalmente, pelo processo de transição hegemônica que, em breve síntese, compreende a redução da capacidade dos EUA de liderar os processos internacionais, somado ao ascenso de outras potências, com destaque para a China. A proeminência econômica do país asiático, em muito devido ao modelo de expansão dos negócios do tipo “ganha-ganha”, vem conferindo-lhe legitimidade nos fóruns multilaterais.

A perda crescente de hegemonia dos EUA, no entanto, não é um processo linear e menos ainda pacífico. Cresce, no cenário político dos EUA, a busca por soluções que possam não apenas recolocar o país em situação de liderança como ainda, e principalmente, reverter o processo de expansão econômica e política da China, bem como da Rússia, uma importante aliada no bloco que se conforma para desafiar a *pax americana*.

Este é o pano de fundo que precisa ser delimitado quando se trata das relações entre países em nossos dias. Evidentemente, o peso dessas questões pode ser maior ou menor, a depender do tema em análise. É particularmente importante quando dirigimos nosso olhar à América Latina, cuja história moderna e contemporânea está vinculada à dos EUA. Desde a Doutrina Monroe (1823), pelo menos, a política dos EUA exerceu – e ainda exerce – uma influência central nos países latino-americanos. Por vezes essa influência manifestou-se por meio de receituários políticos e econômicos. Em outros momentos, a ação dos EUA foi definidora de rumos, como foi o caso da desarticulação da Mesoamérica, desdobrada em sete países.

## A política externa da Argentina: brevíssima retrospectiva

No cone sul, a vinculação histórico-política aos EUA pode ser remontada ao início da era das conferências pan-americanas, no

século XX, ganhando contornos mais consistentes com a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948. Com a Guerra Fria, a tônica no subcontinente foi o alinhamento aos EUA e as rebeldias foram contidas por meio de golpes de Estado, sabotagens e invasões diretas.

A Argentina foi o último país a tolerar as intromissões dos EUA na política hemisférica. Permanecendo até quase metade do século XX vinculada à Europa, boicotou a Primeira Conferência Pan-americana (1889-1890) e inviabilizou os projetos de uma “união aduaneira” continental, propostos pelos EUA. Até a Primeira Guerra Mundial, a Argentina foi o maior exportador mundial de trigo (para a Europa), tendo a maior renda *per capita* da região. O vínculo comercial com a Europa permaneceu forte até a Segunda Guerra. Em 1943 houve um golpe militar, alinhando a Argentina com o Eixo. Porém, em 1945, o país passou para o lado dos Aliados. Não participou, contudo, das primeiras conferências de paz e, tampouco, da formação da ONU. O documento denominado Ata de Chapultepec (1945) marcou a entrada da Argentina nas Nações Unidas.

Em 1946 foi eleito Perón, em meio a um grande sentimento antiamericano no país platino. O peronismo foi marcado pela ascensão dos setores ligados à indústria, tanto empresários como trabalhadores sindicalizados. A política externa de seu governo buscou autonomia em relação aos EUA e também à URSS. Assim, a Argentina não assinou os tratados de Bretton Woods. A política peronista promovia uma posição soberana no mundo, procurando firmar uma “terceira posição” diante da divisão em dois blocos.

Um novo golpe militar, em 1955, forçou o exílio de Perón e trouxe nova orientação para as relações internacionais do país, de alinhamento aos EUA. Por conta disso, a Argentina assinou os acordos de Bretton Woods, iniciando seu processo de endividamento externo. O governo militar também promoveu o afastamento em relação ao Brasil.



Com Arturo Frondizi (1958) iniciou-se uma política voltada a promover o desenvolvimento nacional por substituição de importações. Adotou-se uma política externa autônoma, sendo emblemática sua posição contrária à expulsão de Cuba da OEA. Foram retomadas as iniciativas de aproximação com o Brasil. Em 1961, uma reunião entre Frondizi e Jânio Quadros terminou com a assinatura do Acordo de Uruguiana, que parecia lançar as bases de uma era de cooperação entre os dois vizinhos. Novo golpe de Estado, porém, congelou as relações. Segundo Moniz Bandeira, os militares argentinos, favoráveis a uma maior proximidade com os EUA, teriam pressionado Frondizi a não assinar os acordos com o Brasil.

Os governos ditatoriais de Guido (1962/63) e Illia (1963/66) voltaram a promover o alinhamento aos EUA. Chegou-se a enviar embarcações para o bloqueio naval contra Cuba. A Argentina também fez parte da intervenção da OEA na República Dominicana, liderada pelo Brasil, também sob regime militar instaurado por um golpe de Estado que contou com o apoio dos EUA. Nos governos militares, a política externa foi inicialmente alinhada com os EUA, depois houve aberturas para o comércio com o Leste Europeu.

Nas eleições de 1973 venceu Perón, que retomou uma política externa diversificada e com certa distensão nas relações, até aí tensas, com o Brasil. Neste período, o Brasil passou a ser encarado como o principal aliado. Outra ditadura militar iniciou-se em 1976. O regime assumiu características totalitárias e a política econômica adotada foi ultraliberalizante, próxima ao que foi implementado no Chile de Pinochet. No entanto, a política externa diversificada foi mantida. No período (1976 a 1983), a URSS comprou 80% da produção de cereais da Argentina. A importância dessa relação levou o país platino a recusar-se a participar do bloqueio econômico à URSS promovido pelos EUA em razão da questão do Afeganistão. Quanto ao Brasil, o período foi extremamente conflituoso. Os militares argentinos chegaram a questionar a livre navegação no Rio da Prata. Posteriormente, os militares argentinos, já envolvidos em problemas suficientes com a vizinhança, adotaram uma no-



va orientação em relação ao Brasil, havendo em 1979 a assinatura do tratado tripartite para a construção de Itaipu. O fracasso argentino nas Malvinas, conflito no qual a Inglaterra contou com o apoio incondicional dos EUA, foi o golpe final à ditadura militar (1983). Por conta da guerra, a Argentina sofreu bloqueio econômico na Europa e o Brasil foi seu principal aliado, embora de maneira não declarada.

Em 1983 foi eleito Alfonsín. A partir da redemocratização também do Brasil, o vínculo entre os dois países tornou-se mais forte. Em 1986 foram firmados documentos que buscavam a integração entre os dois países e em 1988 Uruguai e Paraguai uniam-se à iniciativa que daria origem ao Mercosul. Essa proximidade sobreviveu à chamada “década neoliberal”, iniciada com a eleição de Menem, em 1989. Este promoveu a dolarização da economia argentina e o realinhamento com os EUA. Praticava-se o “realismo periférico”: a ideia de que, uma vez que a Argentina não é uma potência, o melhor é aliar-se a uma (no caso, os EUA). Menem manteve o país no Mercosul, enfatizando a diretriz da “integração”, embora com prioridade à liberalização comercial em detrimento da produtiva. A Argentina também buscou entrar para a Organização do Trata-

do do Atlântico Norte (Otan), sem sucesso.

O governo de De la Rúa manteve as principais diretrizes de Menem para a política externa, como a integração comercial e a aliança preferencial com os EUA, manifestando sempre desconfiança com a “liderança” brasileira. Manteve-se a ênfase no desenvolvimento do Mercosul. Com a renúncia do presidente De la Rúa, a Argentina enfrentou uma situação de convulsão social, tendo tido cinco presidentes em duas semanas. Após a eleição de Eduardo Duhalde, teve o início um processo de reorganização da economia. Duhalde mostrou-se um entusiasta do Mercosul e das relações com o Brasil. Foi um momento de expansão dos investimentos brasileiros na Argentina.

Os governos de Nestor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007 a 2015) expandiram a prioridade ao Mercosul. Foi uma época em que as proximidades político-ideológicas entre os presidentes do Brasil e da Argentina possibilitaram avanços em áreas sociais. Mecanismos como o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) foram criados, visando à redução das disparidades entre os membros do bloco. Em 2006, a Argentina “assinou um acordo que permitia que a República Popular da China construísse uma estação de localização de

alcance a *laser* por satélite”, marcando uma nova fase de cooperação sino-platina. De fato, desde os anos 1980s, a Argentina vinha construindo laços com a China, porém somente no século XXI é que acordos mais vultosos começaram a ser consolidados.

Com a eleição de Macri, um político neoliberal, novamente a Argentina voltou-se para os EUA e negligenciou o Mercosul. Os acordos de cooperação com a China foram mantidos. Após Macri, a Argentina elegeu novamente um peronista (Alberto Fernández), cuja agenda para o cone sul retomou os princípios de cooperação regional, apesar das dificuldades impostas pelo Brasil, sob o governo liberal-militar de Bolsonaro. Entre 2019-2023, novamente a Argentina apostou na diversificação e no fortalecimento dos laços com o Brasil. Nessa época, a China já era o terceiro destino de exportações e o primeiro em origem de importações argentinas. Nos últimos meses de seu governo, Fernández buscou a adesão de seu país aos Brics, na perspectiva de posicionar a Argentina como um membro do “sul global”, diante da transição hegemônica em curso.

Esse rápido retrospecto pode ser assim sintetizado: 1) desde os anos 1980s as relações Brasil-Argentina têm certa solidez e resistem às mudanças dos governos; 2) em relação aos EUA, a política da Argentina tem comportamento pendular, porém no século XXI a aliança com os EUA já não é capaz de modificar substancialmente os laços do país platino com o Brasil nem com a China e 3) a presença chinesa alcançou um patamar em que a ruptura é quase impossível.

### Entre a conflituosidade e o pragmatismo: para onde vai o ultraliberal Milei?

A eleição de Javier Milei trouxe novos desafios tanto para a política externa da Argentina quando para a vizinhança. Sua plataforma liberalizante recebeu apoio de grandes contingentes de trabalhadores precarizados e informais, que hoje representam parte expressiva da classe trabalhadora argentina. Além disso, aglutinou em torno de si, no segundo turno, o apoio do grande empresário e também de parte dos setores exportadores, estes de olho nas promessas

de destruição do que resta, no país, de direitos trabalhistas e nas privatizações. Milei, que se apresenta como um “anarcoliberal”, cercou-se do apoio de defensores da última ditadura militar, simbolizados na figura da vice-presidente, Victoria Villarruel.

O que poderia unir setores aparentemente divergentes – os defensores de um sistema ditatorial e intervencionista (militares) e um *bon vivant* que prega o fim de todo controle estatal sobre a economia e a vida dos cidadãos? A contradição é apenas aparente. O “ultraliberalismo” de Javier Milei não é nada mais do que a defesa de um Estado ausente no tocante aos direitos coletivos e sociais e um superestado no que se refere à defesa da lucratividade dos negócios privados – como o foram os ditadores militares argentinos. Isso se expressa, como não poderia deixar de ser, na sua orientação externa. Recém-iniciado o governo, Milei declarou que a Argentina não completaria sua adesão aos Brics. Ao mesmo tempo, adotou um tom de alinhamento aos EUA, buscando não apenas afastar-se politicamente da China, mas também enfrentá-la no plano discursivo, a despeito da importância dos acordos recém-fechados pelo seu antecessor com os chineses, para solucionar dívidas do país, e da importância do mercado asiático para carnes e cereais argentinos.

Com uma retórica pouco usual nas relações entre os Estados, tanto Milei quanto a chanceler, Diana Mondino, envolveram-se em polêmicas com a China, fazendo declarações que vão do anticomunismo ao racismo (“os chineses são todos iguais”). No entanto, os fatos são mais fortes do que a vontade expressa em discurso. Em 2024, o governo Milei retomou os acordos com a China na casa de 5 bilhões de dólares. Ao mesmo tempo, a chancelaria argentina parece apostar no caos na América do Sul. Intromissões nos assuntos internos da Venezuela – questionando a eleição de Maduro e encaminhando solicitação de interferência da OEA no tema – da Bolívia e do Brasil (incluindo o tema da contenda judicial com a rede social X do bilionário Elon Musk), a política externa de Milei busca mostrar proatividade no combate ao que seriam os “inimigos” de seu aliado preferencial, os EUA, sem no entanto ser capaz de encontrar alternativas à China no tocante ao comércio e aos investimentos externos.

Até aqui, o pano de fundo com que iniciamos este artigo se impôs: a Argentina não integrará (por enquanto) os Brics, porém não teve alternativa senão costurar um acordo financeiro com a China. Milei intromete-se na política interna do Brasil, marcando encontros com as lideranças derrotadas nas últimas eleições, mas sua chanceler faz gestões para a continuidade das relações no âmbito do Mercosul – fundamental à balança comercial argentina. De todo modo, em um contexto de ofensiva dos Estados Unidos para retomar o controle sobre o continente, algo bastante provável e já verbalizado por lideranças de ambos os partidos que disputam a presidência (Democratas e Republicanos), Milei apresenta-se como soldado. A questão que fica para reflexão é: até aonde pode ir um presidente do sul do mundo em obediência apenas à sua vontade, dadas as condicionantes concretas de um mundo em transição?

### Bibliografia sobre o tema:

- BANDEIRA, Moniz. *O Brasil e a América do Sul*. In: ALTAMANI & LESSA. *Relações Internacionais do Brasil*. Volume 01, páginas 267 a 297. São Paulo: Saraiva, 2006.
- CANDEAS, Alessandro W. *Relações Brasil-Argentina: Uma Análise dos Avanços e Recuos*. Revista Brasileira de Política Internacional. N. 48, 2005. páginas 178 a 213.
- TAINA, Jorge. *Objectives and challenges of Argentina's foreign policy*. Diplomacy, Strategy & Politics – april/june 2006. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft30079901.htm>
- <https://oantagonista.com.br/mundo/ministra-da-argentina-diz-que-chineses-sao-todos-iguais/>
- <https://revistaopera.operamundi.uol.com.br/2024/05/16/o-realismo-mata-a-ideologia-a-rendicao-do-governo-milei-a-china/>
- [https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/engajamento-espacial-china-argentina-conciliando-ciencia-soberania-e-risco-estrategico/#:~:text=Em%202006%2C%20a%20Argentina%20assinou,NAOC\)%E2%80%9D%2C%202024\).](https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/engajamento-espacial-china-argentina-conciliando-ciencia-soberania-e-risco-estrategico/#:~:text=Em%202006%2C%20a%20Argentina%20assinou,NAOC)%E2%80%9D%2C%202024).)

\* É socióloga, doutora em Geografia (UFSC), servidora de carreira no Instituto Brasileiro de Museus e analista internacional no portal Opera Mundi.



# Taiwan: do velho imperialismo às disputas geopolíticas contemporâneas

Carlos Eduardo Martins\*

■ Taiwan, tal como hoje é conhecida, constitui o território dirigido pela República Democrática da China, composto por um arquipélago de 168 ilhas, das quais Formosa representa a principal, sendo responsável por 99% do seu território. 95% dos mais de 23 milhões de habitantes da ilha pertencem à etnia Han, o maior grupo étnico do mundo, correspondente a 92% da população da China continental.

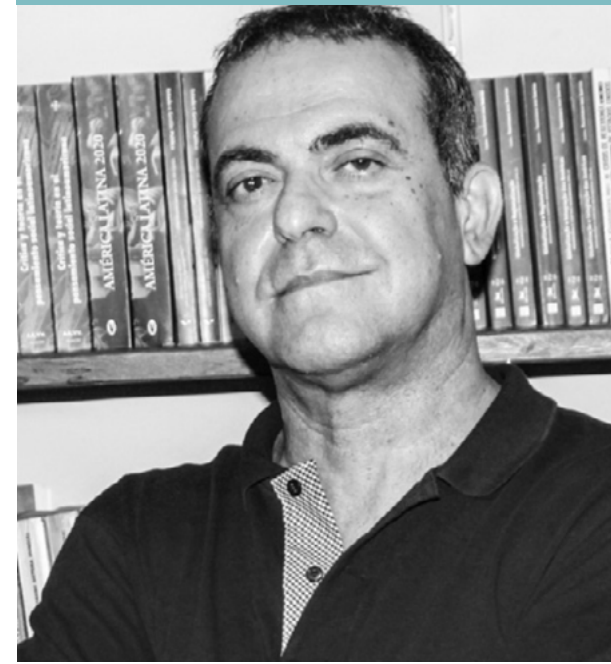
A principal ilha do arquipélago foi batizada pelos navegadores portugueses que ali não se fixaram. Taiwan foi incorporada à China continental pela dinastia Qing, que em 1683 derrotou os colonizadores holandeses, sucessores dos espanhóis. O domínio da dinastia Qing mudou a composição étnica de Formosa, originalmente de maioria aborígine malaio-polinésia, denominada Gaoshan. A população cresceu em mais de 2 milhões de habitantes e se tornou de maioria chinesa, quando em 1895, durante o século da humilhação, o Japão venceu a Primeira Guerra Sino-Japonesa e anexou Formosa e Penghu, conjunto de 90 ilhas do arquipélago de Taiwan.

A submissão do império chinês à partilha do seu território e à violação de sua soberania pelas potências estrangeiras provocou um período caótico de guerra civil que combinou a fragilidade do poder central, movimentos nacionalistas e republicanos pela queda do império e a reunificação territorial do país com a fragmentação e a reivindicação de autonomias provinciais pelos senhores da guerra. Neste contexto, as potências imperialistas, buscando garantir a estabilidade política para realizar seus negócios, assinaram em 1922, em Washington, o Tratado das Nove Potências, que reuniu

Estados Unidos, Grã-Bretanha, Bélgica, França, Holanda, Itália, Japão, Portugal e China. A China teria garantida a sua integridade territorial desde que adotasse a política de portas abertas às potências estrangeiras e trato equivalente aos interesses comerciais e industriais.

A invasão japonesa na Manchúria em 1930 alcançou uma nova etapa a partir do incidente da Ponte Marco Polo em 1937 e unificou as forças do Kuomintang, lideradas por Chiang-Kai-shek e do Partido Comunista, por Mao-Tse-Tung, contra a ocupação nipônica. Tais forças lutavam entre si desde 1927. A entrada na guerra dos Estados Unidos contra o Japão, em 1941, criou uma aliança entre o país norte-americano, a Grã-Bretanha e Chiang-Kai-Shek, visto pelos anglo-saxões como o legítimo representante do povo chinês. A Declaração do Cairo de 1943 feita por Roosevelt, Churchill e Chiang-Kai-Shek, que se seguiu à conferência nessa cidade, afirmou a aliança dos três países no combate à agressão japonesa no Pacífico e a necessidade de despojar o Japão de todo ganho territorial alcançado desde o início da Primeira Guerra Mundial, o que incluía a devolução à República da China de Formosa e das Ilhas Pescadores (Penghu). A URSS, que tinha um pacto de neutralidade e não-agressão com o Japão, assinado em 1941, não participou da declaração, denunciando-o apenas em abril de 1945, um ano antes de expirar.

A declaração de Posdam, de 26 de julho de 1945, assinada por Truman, Churchill e Chiang Kai-shek, exigiu a rendição do Japão e estabeleceu os seus termos: os marcos que limitavam o seu território, a ocupação de pontos estratégicos pelas forças aliadas para destruir o militarismo e o poder de suas elites dirigentes, e a garantia do direito à indústria, à vida democrática e à liberda-



de do povo japonês. Em 1949, Mao Tse-Tung ganhou a guerra civil contra Chiang Kai-shek, reiniciada em 1946, e o Kuomintang fugiu para Taiwan. O Tratado de San Francisco, assinado por 49 países em setembro de 1951, e registrado pelos Estados Unidos em agosto de 1952, encerrou o estado de guerra e estabeleceu o tratado de paz com o Japão, deliberando pela devolução de Formosa e de Penghu.

Criou-se então um impasse sobre o estatuto de Taiwan. A declaração do Cairo determinava a devolução de Formosa e de Penghu à República da China, mas Chiang Kai-shek havia sido derrotado e não representava a República Popular da China. Os Estados Unidos apegam-se a detalhes para não reconhecer a soberania de Pequim sobre Taiwan: afirmam que a declaração do Cairo não havia sido assinada constituindo um mero protocolo de intenções, sem explicarem que a haviam ratificado na Declaração de Posdam.

Os Estados Unidos lideraram uma política internacional curiosa: fixaram embaixada em Taipé e reconheceram a República da China como o legítimo governo da China, mas não a soberania de Taipé sobre o território do arquipélago. Segundo John Foster Dulles, então Secretário de Defesa de Eisenhower, o status jurídico de Taiwan seria indeterminado, o que justificou prendendo-se ao fato de o Tratado de San Francisco não especificar a quem o Japão deveria entregar os territórios tomados da China. Trata-se de uma política abertamente imperialista que discrepou das posições sustentadas pelo Partido Comunista Chinês e pelo Kuomintang, pois ambos defendiam a integração do arquipélago à China continental, discordando sobre quem teria legitimidade para responder pela unidade.

As razões da política estadunidense eram mais profundas do que se podia supor: de um lado, tratava-se de negar legitimidade à revolução socialista que havia vencido a guerra civil na China; mas de outro, de cercar a China continental, restringindo o seu acesso ao Pacífico, impedindo que pudesse se constituir no epicentro de um futuro poder regional eurasiático, base de uma gigantesca ilha-

-mundo capaz de ameaçar o protagonismo mundial anglo-saxão, risco apontado por Nicholas Spykman em seu *America's strategy in world politics* (1942). Como assinalou Andre Gunder Frank em seu *Reorient: global economy in Asean age* (1998), a Ásia havia constituído o mais importante sistema-mundo que permaneceu protagônico até o fim do século XVIII, mantendo a China saldos comerciais com a Europa até sua derrota na Guerra do Ópio. Ocupar, controlar e cercar a Ásia, o Pacífico e o Índico se tornaram prioridades-chaves do poder anglo-saxão, dedicando os Estados Unidos especial atenção ao Pacífico desde o fim do século XIX. Se a Grã-Bretanha o fez a partir de grandes territórios coloniais, os Estados Unidos o fazem a partir de localizações estratégicas. O controle dos Estados Unidos sobre o arquipélago de Taiwan, o que inclui as ilhas de Kinmen e Matsu, muito mais próximas da China continental do que de Formosa (aproximadamente 19 e 10 km contra 128 e 160 km), significa efetivamente a possibilidade de isolar a China do Pacífico, pela disputa que estabelece sobre os estreitos de Taiwan, Myako e Bashi.

A perda de apoio de Taipé para manter sua cadeira na ONU em 1971 e a política de engajamento com a China para isolar a URSS, vista como inimiga principal dos Estados Unidos, levaram ao rompimento das relações diplomáticas entre o país norte-americano e Taiwan em 1º de janeiro de 1979, e à transferência da embaixada estadunidense de Taipé para Pequim por Jimmy Carter. Os Estados Unidos passaram a reconhecer o princípio de uma só China continental, mas não endossaram a reintegração de Taiwan a Pequim, respaldando o status jurídico indeterminado de Taiwan. O Tratado de Defesa Mútua entre Estados Unidos e Taiwan que prevaleceu entre 1955 e 1979 foi substituído pelo *Taiwan Relations Act*, que definiu as relações entre esses países como não diplomáticas, porém substanciais. O ato tem por objetivo garantir a paz e a estabilidade política no Pacífico e assegurar o desenvolvimento de relações comerciais, culturais ou diversas com o povo de Taiwan e substituiu o termo República de Taiwan por "autoridades governamentais em Taiwan". A mudança no status entre Estados Unidos e Taiwan

foi seguida pela retirada militar dos Estados Unidos desse país e a expansão e desenvolvimento de um escudo norte-americano protetor do Pacífico envolvendo Coreia do Sul, Japão, Filipinas e Austrália.

A conversão de Taiwan em um dos principais centros mundiais na produção de semicondutores, com a liderança na fundição, montagem e teste, em particular dos modelos mais avançados, trouxe a competição pelo acesso e domínio da fronteira tecnológica para o Mar do Sul da China, agregando uma nova dimensão a uma região estratégica para as disputas geopolíticas do poder global. Uma eventual reintegração de Taipé a Pequim poderá desequilibrar fortemente o poder tecnológico mundial na direção da China, acelerando dramaticamente o declínio dos Estados Unidos, o fim da hegemonia do dólar e da retórica, cada vez mais desgastada, da *Pax Americana*. Os Estados Unidos agarraram-se às velhas estruturas do imperialismo e tentam apresentar o conflito entre um protetorado militar semicolonial e Pequim como o confronto entre democracias e autocracias. Tal discurso perde força e legitimidade à medida que as vantagens econômicas e geopolíticas da integração aos Estados Unidos vão se reduzindo. Ainda, encontra bastante respaldo nas eleições locais, como revelou o pleito de 2024. Xi Jinping, por sua vez, aprofunda os laços econômicos com Taiwan, reforça a atividade militar no Mar da China meridional, dá grande impulso à sua marinha e afirma que a integração será inevitável sem detalhar a sua forma.

As tensões geopolíticas sobre o estatuto de Taiwan e sua inserção internacional se aprofundam e trazem à tona um conflito que nasceu no século XIX, na era do velho imperialismo, mas que se moderniza com a sua própria atualização. A incapacidade de gerir o conflito na Ucrânia e pôr fim à guerra indica que estamos longe da criação de consensos e de um mundo onde a paz seja um valor substantivo. Não constitui bom preságio para um tema ainda mais explosivo.

\* É professor associado da UFRI, pesquisador do Clacso, editor de *Reorient: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo* e autor e coordenador do livro *Hacia la Tercera Guerra Mundial?*, publicado em Madri, pela editora Viejo Topo.

# As possibilidades e os limites das sanções no mundo em turbulência

Luiza Peruffo\*

■ Sanções econômicas são um instrumento antigo da diplomacia internacional. Elas restringem, total ou parcialmente, o fluxo comercial e/ou financeiro com determinado país, empresa ou indivíduo. As sanções econômicas muitas vezes servem como um curso de ação intermediário entre a diplomacia e a guerra, em momentos em que o interesse nacional é menos do que vital ou quando a ação militar não é viável, por exemplo. Sanções também são utilizadas para alcançar objetivos de política externa, como promoção da democracia e dos direitos humanos, combate ao terrorismo e às drogas, entre outros.

Os Estados Unidos fazem uso de sanções financeiras mais do que qualquer outro país.<sup>1</sup> A imposição de sanções nos Estados Unidos pode ter origem tanto no Poder Executivo quanto no Poder Legislativo, e elas são administradas pelo Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (Ofac, na sigla em inglês) do Departamento do Tesouro. A União Europeia (UE) é o segundo maior emissor de sanções.<sup>2</sup> Para a UE, as sanções possivelmente representam a principal ferramenta de política externa do bloco, já que não há uma força militar conjunta. A Organização das Nações Unidas (ONU), por sua vez, também tem nas sanções uma ferramenta para responder a ameaças globais. Na prática, porém, a ONU não tem meios independentes de execução e depende da boa vontade dos Estados-membros para executar suas resoluções. Além disso, a aprovação das sanções normalmente esbarra nos interesses concorrentes dos membros permanentes do Conselho de Segurança (Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China), que devem aprovar por unanimidade qualquer resolução de imposição de sanções.

As sanções impostas à Rússia reacenderam o debate sobre sua eficácia enquanto uma ferramenta de política externa. A coalizão de mais de 30 países liderada pelos Estados Unidos impôs medidas abrangentes que têm tornado mais difícil e custoso para Moscou obter o capital, materiais e tecnologia para sustentar seu esforço militar contra a Ucrânia. No entanto, as sanções não causaram um colapso da economia russa, como esperavam seus autores, mas um processo de ajuste e redirecionamento para mercados não ocidentais. Ao mesmo tempo, o re-credenciamento das sanções contra a Rússia tem repercutido negativamente na atividade econômica do resto do mundo – afetando desde a segurança energética e alimentar até as finanças internacionais – e aumentando o risco de fragmentação global. Afinal, as sanções econômicas funcionam como uma ferramenta de poder? Por que a coalizão ocidental não consegue mudar o curso de ação do Kremlin?

As sanções contra a Rússia têm sido brutais. O primeiro pacote substancial de sanções veio em fevereiro de 2022, na esteira da invasão em grande escala na Ucrânia, oito anos após o início do conflito, quando Putin anexou a Crimeia em 2014. Juntos, os governos dos Estados Unidos, Austrália, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e a Comissão Europeia apreenderam cerca de US\$300 bilhões em ativos do Banco Central Russo (mais ou menos metade das reservas internacionais russas naquele momento), além de dezenas de bilhões de dólares em ativos de indivíduos russos e empresas privadas.<sup>3</sup> As medidas também incluíram a exclusão de diversos bancos russos da rede Swift, a maior provedora global de serviços de mensagens financeiras, e que funciona como uma espécie de “espinha dorsal” da







infraestrutura financeira mundial. Ao perder o acesso às transações via Swift, os bancos e, por consequência, as empresas russas ficam desconectados do sistema financeiro internacional e prejudicados em termos da sua capacidade de operar globalmente. Na prática, os bancos passaram a ter que lidar diretamente uns com os outros para executar pagamentos, adicionando tempo e custo às transações internacionais.

Mais de dois anos depois e sem sinal à vista de qualquer recuo russo, Washington liderou no âmbito do G7 a imposição de um novo pacote de sanções contra a infraestrutura financeira, energética e tecnológica da Rússia em junho deste ano.<sup>4</sup> Além do Banco Central Russo, agora a Bolsa de Moscou e suas subsidiárias foram adicionadas à lista das sanções, forçando-as a parar de negociar dólares americanos e euros. A negociação de dólares e euros na Rússia passou a ocorrer “em balcão”, entre os exportadores (ofertantes de moeda estrangeira) e os importadores (demandantes de moeda estrangeira), e o Banco Central Russo irá calcular as taxas de câmbio oficiais do rublo em relação a essas moedas com base em relatórios bancários dessas negociações de balcão.<sup>5</sup> Com a proibição da negociação de dólares e euros, as transações em yuan passaram a representar 99,6% dos volumes de negociação de câmbio no país já em junho.<sup>6</sup> Um mês antes, a moeda chinesa representava 53,6% do mercado. Além das sanções financeiras, o novo pacote também inclui proibições diretas de empresas de tecnologia dos Estados Unidos prestarem consultoria ou fornecerem soluções de TI a

qualquer parte russa. Isso na prática significa a suspensão do suporte técnico e atualização de serviços de nuvem de sistemas como SAP e Oracle, o que deve gerar consequências tão (ou ainda mais) dolorosas do que as sanções financeiras.

Apesar do enorme empreendimento ocidental para tentar dizimar a economia russa e torná-la irrelevante para o mundo através das sanções, o FMI prevê que a Rússia cresça 3,2% em 2024, em linha com as projeções para o PIB global, e acima das projeções de crescimento para países como Brasil. No primeiro ano do recrudescimento das sanções, em 2022, o PIB russo recuou 1,2% e diversos processos produtivos foram interrompidos. Mas as fábricas e os trabalhadores continuaram existindo, e ajustes têm sido feitos, muitas vezes com ajuda dos chineses, para adequar as linhas de montagens ao novo cenário. Da mesma forma, a Rússia também reorientou seu comércio internacional, não apenas em termos de parceiros comerciais, mas também em termos dos meios de pagamentos, especialmente depois do segundo *round* de sanções.

Qual, então, o saldo das sanções contra a Rússia? Sob a perspectiva da Rússia, ainda que ela esteja conseguindo contornar o bloqueio e, por enquanto, manter algum crescimento econômico, é difícil classificá-la como vencedora neste processo. Os Estados Unidos e sua coalizão também não parecem ser exatamente vencedores. O caso da Rússia tem demonstrado que uma coisa é tentar isolar uma pequena ilha como Cuba, ou uma produtora de recursos naturais como a Venezuela; outra coisa é tentar isolar a 11ª maior economia do mundo, altamente integrada na economia global e uma das principais exportadoras de *commodities* essenciais (como petróleo e grãos). Os custos econômicos de impor sanções contra grandes economias têm se mostrado bastante elevados no contexto da globalização, em particular porque é muito difícil de fato encerrar uma economia como a russa. Além disso, a batalha de sanções orquestrada pelo Ocidente tem sido observada apreensivamente pelo mundo inteiro, catalisando antigas demandas por infraestruturas financeiras alternativas àquelas dominadas

pelos Estados Unidos e pelo dólar, adicionando aos custos e riscos das sanções.

A grande vencedora neste processo parece ser a China, que rapidamente tem ocupado o vácuo deixado pelo Ocidente na Rússia. Em 2023, o volume do comércio bilateral ultrapassou US\$ 240 bilhões, com a China sendo origem de 38% das importações e mercado para mais de um terço das exportações russas.<sup>7</sup> No mesmo ano, as exportações chinesas de carros e tratores para a Rússia aumentaram em quase 600%.<sup>8</sup> A participação de carros chineses no mercado russo ultrapassou 60% em 2023, sendo que a fatia chinesa era de apenas 9% no ano anterior.<sup>9</sup> Em 2024, o novo pacote de sanções efetivamente tornou o yuan a principal moeda de negociação e liquidação de câmbio na Rússia. No balanço, enquanto o sucesso das sanções em mudar o curso de ação do Kremlin permanece em aberto, parece certo de que elas têm sido eficazes em adicionar às capacidades chinesas.

\* É PhD pela Universidade de Cambridge e professora no Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).

1 Masters, J. (2024). *What are economic sanctions?* Council on Foreign Relations. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/what-are-economic-sanctions>. Acesso em 28/08/2024.

2 Masters (2024).

3 Masters (2024).

4 Prokopenko, A. (2024a). *How the latest sanctions will impact Russia – and the World*. Carnegie Politika. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/russia-eurasia/politika/2024/06/finance-sanctions-russia-currency?lang=en>. Acesso em 28/08/2024.

5 Prokopenko (2024a).

6 Bloomberg News (2024). *Russia's foreign exchange trading is now almost 100% in yuan*. Publicado em 09/07/2024. Disponível em: [https://www.bloomberg.com/news/articles/2024-07-09/russia-s-foreign-exchange-trading-is-now-almost-100-in-yuan?utm\\_content=business&utm\\_campaign=socialflow-organic&utm\\_medium=social&utm\\_source=twitter&cmpid=socialflow-twitter-business](https://www.bloomberg.com/news/articles/2024-07-09/russia-s-foreign-exchange-trading-is-now-almost-100-in-yuan?utm_content=business&utm_campaign=socialflow-organic&utm_medium=social&utm_source=twitter&cmpid=socialflow-twitter-business). Acesso em 28/08/2024.

7 Prokopenko, A. (2024b). *Is the Kremlin overconfident about Russia's economic stability?* Carnegie Russia Eurasia Center. Disponível em: [https://carnegieendowment.org/research/2024/03/is-the-kremlin-overconfident-about-russias-economic-stability?lang=en#\\_edn4](https://carnegieendowment.org/research/2024/03/is-the-kremlin-overconfident-about-russias-economic-stability?lang=en#_edn4). Acesso em 28/08/2024.

8 Prokopenko (2024b).

9 Prokopenko (2024b).

# Eleição e polarização nos EUA: o que nos importa?

Demian Castro\*

■ O cenário eleitoral atual nos EUA nos obriga a refletir sobre os eventos que impulsionaram a desindustrialização e destruição do mundo do trabalho organizado nesse país. Ao mesmo tempo, a dominância financeira e militar americana transforma seu processo eleitoral num evento de importância geopolítica internacional.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, sob a hegemonia americana, as sociedades dos países capitalistas avançados se tornaram mais inclusivas e atuantes no campo político; a chamada democracia de massa interagiu virtuosamente com a produção e o consumo de massa. No campo econômico do capitalismo organizado, a força de trabalho ganhou voz ativa institucionalizada para defender os salários e barganhar ganhos de produtividade. Os enfoques ditos keynesianos e o planejamento público e privado potencializaram e sustentaram o crescimento e a expansão fordista. Os mercados para o consumo se ampliaram e diversificaram, até o lazer se massificou. O fortalecimento social dos segmentos médios funcionou como um “pacificador” ou estabilizador sistêmico. A institucionalização do mundo do trabalho envolveu políticas sociais universais desenhadas e executadas pelos Estados de bem-estar.

No entanto, tratou-se de um curto interregno “civilizatório” impulsionado pelas crises e tragédias que culminaram na Segunda Guerra Mundial, sem esquecer da pressão política gerada pelos países socialistas. O fim da ilusão civilizatória envolveu fatores endógenos e exógenos aos países, durante os anos setenta do século passado; se entrecruzaram o esgotamento do padrão de acumulação e da ordem internacional sustentada e financiada pelo dólar. A crise nos EUA, agravada pela derrota no Vietnã e o choque do petróleo a partir de 1973, deu vida à reação conservadora, com a eleição de Reagan, estendendo-se para a Inglaterra de Margaret Thatcher.

A nova agenda, (in) sustentada teoricamente pela renascida escola do *supply-side economics*, fez a sua entrada triunfal com uma elevação brutal (para os padrões do pós-guerra) das taxas de juros nos EUA e, por tabela, na Inglaterra. O reposicionamento financeiro do dólar gerou uma recessão inimaginada nos idos anos dourados e, daí em diante, fez recuar e debilitou sistematicamente a força política e econômica do mundo do trabalho, reafirmando o papel único de comando do capital. Em andamento (década dos oitenta) estavam o desmonte das instituições de Bretton Woods (1944) e o ataque ao Estado de bem-estar. Restaurar as forças vitais do capitalismo, remover as amarras financeiras e trabalhistas responsáveis pelo debilitamento da produtividade e do progresso técnico, eis as origens dos fundamentalismos econômicos dos dias atuais. Os incautos acham que houve, sob Reagan e Thatcher, uma “diminuição do tamanho do Estado”, não observando o reposicionamento dos orçamentos com a elevação dos gastos no complexo industrial bélico-militar, o velho keynesianismo bélico.

A liberalização financeira promovida pelas autoridades monetárias americanas encerrou a era do crescimento convergente e empregador no conjunto das economias dos países capitalistas. Ao mesmo tempo, o dólar forte expandiu as importações da economia americana, funcionando como acelerador das transformações produtivas na Ásia. Internamente, os novos mercados financeiros inocularam o veneno do rentismo sistêmico e do enriquecimento rápido.

O deslocamento internacional das forças produtivas “empregadoras” foi e é contemporâneo da desindustrialização, da hiperconcentração de renda e da decadência ou desaparecimento das classes médias expandidas na era fordista. Esta transfiguração capitalista resultou em milhares de indivíduos vivendo em meio a fábricas desocupadas e bairros decadentes, ressentidos, esquecidos, deixados pa-





ra trás. Em *A origem do totalitarismo*, a filósofa Hannah Arendt analisou em profundidade o conjunto destes indivíduos que alimentaram a massa nazista, antes dos anos trinta. Nos EUA, o ressentimento social foi aprofundado pela exuberância imobiliária financeira e pelo exibicionismo dos novos ricos.

O desmonte das forças produtivas empregadoras e o concomitante enfraquecimento do mundo do trabalho implicaram a “direitização” do campo político, esvaziado de propósitos baseados no bem comum ou na distribuição de renda. Neste sentido, a ideia de “polarização” é ardilosa, porque leva os tolos a imaginar a radicalização da luta de classes, quando na verdade houve uma derrota de classe, que camufla os fenômenos anteriormente citados.

Para além dos tradicionais redutos conservadores, a atual campanha republicana “conversa” com a população que sobrou da desindustrialização, assim como há oito anos atrás. Este grupo social é presa fácil de narrativas, construídas no âmbito midiático, que apelam, de modo primário, para o nacionalismo, a religião, a pureza moral e, sem alteração das estruturas de poder financeiro e econômico, vendem um cenário de *laissez-faire*, podendo, nessa criação fictícia, os “novos fiéis” se sentirem empreendedores. Opera-se a degradação da política, transformada em show, em que a riqueza se concentra *ad nauseam*. Valoriza-se a efetividade em detrimento da verdade, que assim é esvaziada e relativizada ao limite da negação da ciência.

O candidato republicano, ex-presidente, é fruto competitivo da degradação do proceder político; a sua ascensão ameaça as narrativas institucionais em cima das quais se ergueu o “sonho americano” e, também, a crença nas eleições. Portanto, com um discurso perpassado por slogans ou afirmações falsas e populistas, o candidato republicano consegue conexão com a sociedade branca esquecida pela globalização financeira feroz, com os supremacistas e os ricos. Ao mesmo tempo, é fortemente rejeitado pelo público feminino.

A candidata democrata, Kamala Harris, atual vice-presidenta, ancora parte da sua campanha no eleitorado feminino em geral e nas afro-americanas em particular, bem como nos votos dos eleitores ligados ao trabalho organizado. Mostra-se comprometida com políticas sociais na área de assistência e saúde, e reafirma, até agora, o direito ao aborto. E não se sabe até onde levará a ideia de tributar mais os ricos. Sem voto obrigatório, tem que haver elevado percentual de comparecimento às urnas, para assim conseguir maioria entre os delegados indicados por estado. De modo geral, eleições com baixo comparecimento tendem a favorecer os candidatos dos segmentos sociais de maior renda. Precisam os democratas vencer as descrenças acumuladas e anular o efeito negativo ocasionado pelo apoio militar a Israel.

O desastre social do capitalismo americano avançou muito; a violência, o medo e o desamparo são sistêmicos. É inegável que, para a possível reinvenção da sociedade americana, esta eleição é a mais importan-

te neste quarto de século. Muitos têm motivos para preocupar-se com o esvaziamento conservador do Partido Republicano tomado pela extrema direita. Problemas similares enfrentam os conservadores na Inglaterra. Na Alemanha nazista (Hannah Arendt na obra citada), os conservadores foram engolidos.

E o que dizer sobre as relações do candidato eleito com o mundo? Os EUA enfrentam, pela primeira vez na sua era hegemônica, países dispostos a escapar da dolarização nas suas relações econômicas externas. Os dois partidos são estrategicamente convergentes no objetivo de frear ou excluir o ímpeto chinês e, para além dos republicanos e dos democratas, os donos do poder têm razão ao se sentirem num império ameaçado, ou seja, dificilmente haverá um recuo. A questão é saber qual candidato será mais bem-sucedido para manter a supremacia monetária; entretanto, não devemos ser otimistas projetando uma era inclusiva sob comando americano.

Depois dos quatro anos de Biden, dá para se ter uma ideia dos trilhos da política externa de segurança nacional a serem seguidos pelos democratas. Guerras patrocinadas, venda de armas, tensionamento regional, embargos econômicos, disputa por recursos naturais, fontes de energia e intensificação das pressões políticas e econômicas sobre a periferia subordinada. Enfim, a continuidade de um cenário já conhecido. Não há nem haverá “plano Marshall”.

E o Brasil? As circunstâncias não parecem apontar para a sobrevivência, isenta de sobressaltos, de uma postura externa soberana e multilateral. Os setores arregimentados pelo ciclo de poder pregresso estão desejosos por uma vitória republicana, almejam a fiança agressiva de Trump, motivo mais do que suficiente para desejar que isso não aconteça. Mas, em última instância, uma conjuntura internacional como a atual requer, antes, um projeto nacional que oriente o caminho para o futuro e viabilize o exercício da soberania.

*\* Nascido na Argentina e morando no Brasil desde 1973, é formado em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe) e fez mestrado no CME/Pimes/Ufpe e doutorado e pós-doutorado no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp). É professor sênior do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas na Universidade Federal do Paraná (UFPR).*



# A polarização compensa: Trump e a fragmentação da estratégia eleitoral

Fabricio Pontin\*

Tatiana Vargas-Maia\*\*

■ Um trecho de uma conversa de John McCain com eleitores, na eleição presidencial de 2008, recentemente viralizou nas redes sociais. No trecho, McCain interrompe uma militante republicana que acusava o então candidato democrata Barack Obama de não ser americano, de ser muçulmano, e outros diversos boatos que lotavam as redes sociais da época. Após interromper a militante, McCain imediatamente afirma que discorda de várias coisas que Obama defende, mas que o Obama é um bom homem, e que eles vão disputar a presidência, mas que ao final ambos querem o melhor para os Estados Unidos. O vídeo virou uma espécie de relíquia de um tipo de debate político que praticamente deixou de existir não apenas nos Estados Unidos, mas em praticamente todos os regimes eleitorais contemporâneos.

A polarização não é, exatamente, um fenômeno novo. No entanto, o campo no qual o comportamento eleitoral se estrutura parece ter mudado intensamente nos últimos catorze anos. Parte dessa discussão, muitas vezes, parece ser uma espécie de discussão sobre o nascimento do ovo ou da galinha: quem se radicalizou primeiro? Os eleitores ou os candidatos? Trump, Bolsonaro, LePen e tantos outros atores políticos que surgem com cada vez mais captura do eleitorado, são resultado ou agentes da polarização?

Na nossa leitura, o fenômeno da polarização passa por uma relação recíproca e coconstitutiva de intensificação de comportamentos políticos, na qual, por um lado, o perfil do eleitor médio muda em resposta a situações políticas de instabilidade e insegurança, e, de outro, políticos, que querem

ganhar eleições, ajustando seu comportamento para capturar esse eleitor. Essa dinâmica parece criar um ciclo de retroalimentação, gerando incentivos políticos para demandas cada vez mais específicas de atuação política e movendo o temperamento médio eleitoral para pontos cada vez mais limítrofes do plano cartesiano político.

Movimentos políticos se especializam em, primeiramente, medir a temperatura média desse plano cartesiano, e, em segundo lugar, em manipular ou intensificar essa temperatura para seus próprios interesses – ou para realizar o interesse de seus militantes mais engajados. Nos últimos vinte anos, a articulação e o fortalecimento de movimentos de base como o *Tea Party*, nos Estados Unidos, o *Brexit*, no Reino Unido, a *Front National*, na França, e mesmo os movimentos de ação popular orbitando ao redor da Operação Lava-Jato e do impeachment de Dilma Rousseff, no Brasil, se constituíram como eventos sísmicos na reconfiguração do apetite político do eleitor médio – e agiram tanto no sentido de desnudar a realidade político-ideológica de uma fração engajada da população, quanto em oportunizar a intensificação de sentimentos de alienação, desengajamento e frustração com a chamada política convencional, deslocando o eleitor médio do centro do plano cartesiano político para posições mais extremas e promovendo atores políticos capazes de capturar essas posições extremas, reforçando a percepção de representação e retorno político do engajamento com posições fora do centro.

O engajamento e reforço de posturas nos extremos do esquadro político é fundamental para a compreensão da polarização. Do ponto de vista econômico, é essencial



Tatiana Vargas-Maia



Fabricio Pontin



que a polarização ofereça, para o eleitor, algum tipo de recompensa: uma postura polarizada sem o retorno do “investimento” da militância na forma de um político comprometido com o discurso (e por vezes com as práticas) defendido pelo grupo é uma postura ideologicamente pura, mas com baixo apelo fora de grupos pequenos. Esse tipo de polarização, normalmente, oferece poucos riscos para o embate democrático – ele não compensa. Boa parte da história da política do pós-Segunda Guerra Mundial manteve o eleitor polarizado nessa posição onde o engajamento com os extremos políticos não era recompensado, pelo contrário, ele poderia causar isolamento social e dificilmente encontrava substrato político-eleitoral na forma, por exemplo, de legislações. O consenso democrático do pós-Segunda Guerra Mundial, estabelecido em um contexto ainda traumatizado com a experiência do nazifascismo, não reforça diretamente os extremos do esquadro político – embora movimentos conservadores na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina tenham frequentemente usado movimentos extremos como força de mobilização, o discurso político desses movimentos procurava se afastar das práticas dos eleitores “nos extremos”. Nos últimos vinte anos, entretanto, elementos políticos que ficavam apenas nas bordas das discussões políticas mudaram de face, se tornando o *mainstream*.

No contexto norte-americano, esse processo é lento, gradual, e feito da base para o topo – por décadas ele acontece sem afetar perceptivelmente os consensos militares e de mercado que movem a política norte-americana após 1972. A imaginação política norte-americana muda de tal forma que consegue invisibilizar essas demandas, apagá-las do nexos de prioridades ao mesmo tempo que retrata a própria demanda como insensível, ou fruto de privilégio – o terrível discurso de Reagan sobre “as rainhas do benefício social”, as *welfare queens*, retrata bem essa mudança de perspectiva na imaginação política. Reagan preside o fim da Guerra Fria, que tem sua apoteose na queda do Muro de Berlim, já no go-

verno George Bush. A transformação político-cultural dos Estados Unidos entre 1965 e 1988 é difícil de compreender: os movimentos progressistas são fagocitados, em grande medida, pela revolução reaganita, e sensíveis *hippies* californianos se tornam afluentes *yuppies* do Vale do Silício. Enquanto isso, no movimento conservador, pautas sociais tidas como consensuais pelos americanos nas grandes metrópoles se tornam mobilizadoras de uma nova (e velha) maioria silenciosa: ao final dos anos 90, tensões raciais, sociais, de gênero e de classe que estavam embaixo do tapete nos Estados Unidos começam a gradualmente aparecer – e encontram em um escândalo a oportunidade de ser *mainstream*.

Em 1992, na conferência republicana, Pat Buchanan, representante do que era então a minoria mais extremista do Partido Republicano, faz um discurso inflamado. Os termos da disputa não eram mais sobre a velha “maioria silenciosa” de Nixon, mas sobre uma “guerra cultural”. Buchanan conta uma história de horror sobre a perda da hegemonia cultural e identitária norte-americana para movimentos que não têm compromisso com os valores típicos da América, com a “América Real”, e acusa tanto Republicanos, mas principalmente Democratas, de terem perdido o contato com a América do interior, com as famílias de bem – com o sentimento religioso e comunitário dos “americanos reais”, que querem ter “famílias reais”. Muitos conservadores seguiram adança que Buchanan sugere, vendo nela uma oportunidade de apelar para um grupo de eleitores extremamente motivados, mas que ainda não tinha representantes que fizessem eco às suas demandas. Esses eleitores mostraram uma fidelidade espantosa: desde que os candidatos seguissem a cartilha neoconservadora de valores e de combate às elites, eles tinham os votos. Aqui, temos o ponto zero de uma mudança que será finalmente cristalizada com a eleição de Donald Trump em 2016: os extremos se tornam o *establishment* partidário e a distância entre o eleitor médio democrata e o eleitor médio republicano se torna não apenas um problema político em

termos convencionais, mas uma questão da própria interpretação da realidade objetiva.

Em 2016 Trump vence a eleição delegada (apesar de perder, por mais de três milhões de votos, na eleição direta). Vence, sobretudo, com uma pauta vinculada a valores, à decadência americana, à perda de status das identidades típicas do trabalho americano, tomando vantagem de tensões raciais e, sobretudo, usando toda a experiência de anos e anos na mídia. Trump é uma celebridade que se torna o símbolo de todo um movimento. Se hoje o partido Republicano é o partido de Trump, é porque ele cristaliza mais de sessenta anos de um movimento gradual de radicalização da base republicana, que se acelera (não coincidentemente) diante da eleição do primeiro presidente negro nos Estados Unidos e na possibilidade da primeira presidenta mulher. Um movimento que precisava de um quadro carismático encontra no Trump alguém pronto para assumir suas demandas em troca de poder – é uma presidência de apenas quatro anos, e que não é reeleita, mas que deixa um lastro institucional enorme e que transforma o partido Republicano integralmente. A maioria silenciosa de Buchanan, agora, é toda a linguagem de um movimento identitário radical. Ela também é um grupo que é contemplado em seu movimento, e que possibilitou, em termos globais, a emergência de uma nova estratégia para eleições: o apelo à polarização e criação de realidades opostas que precisam ser ou implementadas, ou evitadas a todo custo.

Essas estratégias não foram abandonadas ou enfraquecidas pela derrota republicana no pleito de 2020. Pelo contrário, a vitória democrata parece sinalizar para os militantes republicanos uma maior necessidade de fortalecer as estratégias de ação adotadas até então. Como resultado dessa aposta, testemunhamos a invasão do Capitólio no dia seis de janeiro de 2021. Curiosamente, as interpretações deste evento variam de acordo com as inclinações ideológicas do intérprete: no campo trumpista, a ação foi vista como positiva e necessária, enquanto a oposição a condenou veementemente. Apesar da seriedade do tratamento

jurídico da invasão e da severidade na punição dos envolvidos, o resultado observado ao longo dos últimos três anos não foi um de desmobilização desses movimentos, mas, aparentemente, de reafirmação de suas crenças. Evidência disso é a indicação de Trump para o pleito de 2024, como candidato indisputado do partido Republicano, apesar de todos os processos e acusações enfrentadas por ele, e a insistência, por parte relevante dos apoiadores de Trump, na ilegitimidade da presidência de Biden.

Atualmente, os Estados Unidos se encontram em pleno período de campanha eleitoral. As eleições de cinco de novembro de 2024 – bem como todo o processo eleitoral que tem se desenrolado desde o início do ano – parecem representar o ápice do processo de construção do campo extremamente polarizado que observamos naquele país. Para além de representar um clímax neste processo de transformação da arena política norte-americana, esse pleito também parece configurar um teste decisivo para a política democrática das Américas: uma eventual vitória de Donald Trump seria mais um incentivo para a manutenção de uma política de polarização, e também apontaria para falta de alternativas de engajamento político de eleitores fora da política de polarização. Na realidade, mesmo diante de uma eventual derrota de Trump, o fato da eleição de novembro nos Estados Unidos ser tão disputada já reforça o apelo estratégico da polarização para movimentos políticos ao redor do mundo – e, nesse sentido, não é coincidência que os pleitos municipais em diversas cidades brasileiras estejam operando dentro dessa mesma estrutura de apelo aos extremos do panorama político, nem que as eleições europeias recém-disputadas, e as que estão ainda no horizonte, apelem para a reafirmação de pontos de vista antagônicos mas com forte potencial de mobilização. O axioma do eleitor médio segue existindo, mas a posição de captura desse eleitor médio não está mais localizada no centro do plano cartesiano político, mas em seus extremos, com um persistente vácuo de propostas, e, aparentemente, eleitores em disputa, no



centro democrático que possibilitou a relativa estabilidade e prosperidade do pós-Segunda Guerra Mundial.

*\*\* É doutor em Filosofia pela Southern Illinois University, Carbondale, e professor da Graduação em Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle (Unilasalle).*

*\* É doutora em Ciência Política pela Southern Illinois University, Carbondale, e professora da graduação em Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).*





# Quando igualdade não quer dizer identidade

Ellen Tristão\*

■ Uma das vantagens de escrever um artigo de jornal é a liberdade de elaborar assertivas complexas, sem ter de fundamentá-las com muito rigor. De posse desta liberdade, concedida a mim mesma e, certamente, não censurável, posso iniciar esta breve análise com algumas categorias metodológicas de Hegel, sob o filtro de Marx. Não, este não será um texto filosófico, nem é uma tentativa desnecessária de uma simples economista em mostrar erudição, correndo o risco de falhar tragicamente. Sem mais delongas, vejamos.

No imediato, na vida cotidiana, um *ser* (uma coisa que existe, mesmo que só socialmente) pode ser igual a outro, sem ser idêntico, ou seja, possui semelhanças, mas não é o mesmo *ser*. Mas para saber que um *ser* não é o mesmo *ser-outro*, esta igualdade deve conter também uma ou mais diferenças. Este fato se torna mais claro quando pensamos que todo *ser* é uma unidade entre essência e aparência, mediante a qual a essência se manifesta, aparece no mundo, através dos fenômenos, muitas vezes tendo sua aparência como seu negativo, constituindo-se, portanto, em uma unidade de contrários. Ou seja, às vezes as diferenças ou igualdades entre dois seres são meras aparências pelas quais uma essência se manifesta, e o manifestar-se de modo distinto já indica que não são seres idênticos. Todo este quiproquó, sintetizado em alguns parágrafos da *Enciclopédia em Epítome*, de Hegel, nos permite apresentar aqui breves comentários sobre o período contemporâneo, mais especificamente, sobre as eleições dos Estados Unidos.

Na análise da atual conjuntura, os fenômenos pelos quais a sociedade se reproduz apresentam um traço comum: a barbárie. A catástrofe ambiental avança com condições climáticas extremas, que resultam em morte e fome, num cenário provavelmente irreversível. A concentração de riqueza avança

no mesmo ritmo acelerado da miséria, dado o *modus operandi* do capital, cuja sobrevivência moribunda exige a intensificação da exploração do trabalhador. Para além das guerras invisíveis, que nunca cessam em vários espaços do globo, a intensificação do genocídio promovido por Israel em Gaza e a guerra Rússia x Ucrânia expressam o traço violento e sem limites das disputas por hegemonia e território, óbvio que para além das muitas outras especificidades que envolvem estes eventos de forma particular.

Esta barbárie aponta para um extremo: o limite da sobrevivência humana; mas não apenas sobre as bases atuais de sua reprodução, o modo de produção capitalista; e sim sobre qualquer forma de organização social que carregue os avanços do desenvolvimento humano. Diante deste quadro, não pessimista, ainda que o seja, mas realista, é preciso entender os principais determinantes da vida social e as possibilidades de acelerar ou, quem sabe, reverter este processo (como sonham os otimistas).

Compreender os determinantes sociais exige-nos o trato a partir de outra categoria metodológica: a abstração. No que caminhamos de Hegel para Marx e Engels, sem esquecer de Lukács. No emaranhado da vida cotidiana, cada fato, cada fenômeno, seja econômico, social ou político, carrega consigo múltiplas causalidades e casualidades. A abstração nos permite apreender, dentro deste emaranhado, o que há de mais relevante (e determinante) para este ou aquele fenômeno, nos permite também captar sua essência. E é a partir daí que inicio meus comentários sobre as eleições norte-americanas.

Com a saída de Joe Biden das disputas presidenciais, temos agora de um lado o republicano Donald Trump, de outro, a democrata Kamala Harris. A entrada em cena de Kamala não foi comemorada apenas por democratas norte-americanos, dentre eles o casal Obama e o casal Clinton. Foi comemorada



também por uma ampla gama de militantes de esquerda, principalmente aqueles que lutam contra a xenofobia, o patriarcado, o machismo e o racismo. Porém, este apoio internacional a Kamala gerou críticas dentro da esquerda, algumas transformadas em memes, das quais destacamos duas. A primeira pontuou o absurdo de um cidadão comum, residente em qualquer local fora dos EUA, em defender seu apoio a uma candidata de outro país, pois nenhum impacto este apoio teria no resultado das eleições. Numa segunda crítica alegou-se o esgotamento da estratégia do voto útil, no caso, do apoio de conveniência, ou seja, Trump e Kamala representariam igualmente o imperialismo norte-americano, que apoia o genocídio em Gaza e se move com maestria sob as rédeas neoliberais do capital, nenhum deles merecendo apoio.

Estas críticas simplificadoras, tão carentes de mediação que cabem em memes, tomam por base argumentos que possuem fundamentos, mas que no cenário atual, desconsideram o que realmente está em jogo. Se abstrairmos todas as diferenças de Kamala e Trump, de uma mulher não branca, democrata, filha de estrangeiros e de um homem branco, carregado de valores neofascistas, teremos dois representantes do capital neoliberal, além de seu apreço ao belicismo como forma de salvaguardar o lucro, o território e a hegemonia. A abstração das diferenças entre Kamala e Trump expõe em ambos um perfil político comum, cuja essência é neoliberal.

Esta igualdade, no entanto, deve ser analisada de forma mais profunda. Não nos basta apreender o traço comum que carregam, pois compreender o que está em disputa nestas eleições nos exige encontrar também o que é essencial ao período contemporâneo. E ao observarmos o movimento do capital, vemos que hoje ele carrega consigo um soldado fiel: a ideologia neofascista, da qual tratei em outros textos.

Ao falarmos de acumulação de capital, as vozes de todos os trabalhadores ecoam em sofrimento, ameaçadas em sua sobrevivência. Mas ao falarmos em ideologia neofascista, em cada canto do mundo populações inteiras são ameaçadas não apenas por sua inserção econômica, mas pelo que faz delas quem são: seu gênero, a cor de sua pe-



le, sua etnia, sua forma de amar, sua crença religiosa. A eugenia neoliberal é indistinta e move-se sob o véu do fetichismo, já a eugenia neofascista escolhe e mostra toda sua face violenta e destruidora. E na luta pela sobrevivência humana, temos sim de lutar contra o capital, mas também lutar pelo direito de existir de todos aqueles e aquelas cujo nascimento já lhes é uma condenação.

Num período de barbárie, a luta contra a ideologia neofascista é uma imposição em qualquer canto do mundo, pois uma vez no poder, as consequências são catastróficas, tal como quando fascismo italiano e nazismo alemão tomaram o poder em seus países, levando o mundo à Segunda Guerra Mundial e ao holocausto. No período nazifascista, a capacidade de seus líderes e destes partidos em governarem foi questionada, eles foram subestimados por comunistas e apoiados por conservadores. E em pouco tempo, seja na Itália na década de 1920, seja na Alemanha na década de 1930, sua chegada ao poder teve por consequência o domínio absoluto destes partidos, que eliminaram qualquer outro poder político, com assassinatos, prisões e exílio.

A história nos ensina a não subestimar o fascismo, hoje ideologia neofascista. Portanto, é importante irmos para além do que há de igual entre Kamala e Trump, é importante sabermos que o que os faz iguais não os torna idênticos. Trump representa a extre-

ma direita e sua ideologia neofascista; Kamala representa uma esperança aos latinos, às mulheres que lutam por sua liberdade e aos negros norte-americanos, de que sua vida – ainda que constantemente ameaçada por sua inserção numa sociedade capitalista – não será extinta por um decreto presidencial. Declarar apoio a Kamala, seja no Brasil ou na França, seja nos EUA, é declarar-se contra a ideologia neofascista. É também não subestimar o efeito Trump na ascensão da extrema direita mundial.

Kamala pode ainda manter, e provavelmente irá manter, políticas bélicas e contra os interesses do trabalhador, mas poderá ser cobrada por cada ato genocida, por cada política racista, por legislações que retirem direitos reprodutivos, sem que as vozes que o fizerem sejam condenadas (legalmente) por isto. Assim espero! Amparada pelo método capaz de decifrar a complexidade da sociedade humana, em todas as suas contradições. E vale dizer que a eleição nos EUA tem tudo a ver com as eleições municipais no Brasil e futuras eleições do Legislativo e Executivo nacional e estadual, esteja você em Guarulhos ou em Teófilo Otoni.

*\* É doutora em Economia pela Universidade Federal Fluminense, professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Economia Política (2024-2026).*



Hugo F. Corrêa assina o terceiro artigo da série de textos intitulada “Atualizando o debate sobre dependência econômica”. Há uma forte tradição de debates no pensamento econômico brasileiro sobre o grau de dependência econômica do Brasil e os impactos e limitações que essa dependência nos impõe. Com o intuito de levar aos economistas as mais recentes contribuições à evolução deste debate, tão profícuo para a compreensão da realidade do Brasil, o Corecon-RJ publica essa série, que oferece distintas perspectivas e aborda aspectos diversos relacionados à dependência econômica e suas mazelas na atualidade.



# Os caminhos da Teoria da Dependência e o ensino de Economia no Brasil

Hugo F. Corrêa\*

■ Se descrevêssemos a história do pensamento econômico no Brasil como um livro, o tema de sua dependência constituiria, sem dúvida, um extenso capítulo. Afinal de contas, como lembra Celso Furtado (1977) na primeiríssima frase de seu ainda hoje reconhecido *Formação Econômica do Brasil*, “A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa”. Um país forjado pela violência de cerca de três séculos de história colonial, que em sua independência político-formal não reconfigurou substantivamente nem os laços que o ligavam à economia mundial, nem sua estrutura social interna – e no qual boa parte do pensamento ilustrado continuou a enxergar a si mesmo com a imagem eurocêntrica que se fizera dele.

Apesar disso, a Teoria da Dependência tem ainda hoje pouco destaque nos cursos de formação em Economia no Brasil – se bem que sua divulgação e popularização parece ter crescido significativamente nas últimas décadas. Neste pequeno artigo, buscaremos recuperar certos aspectos da conformação dessa teoria e discutir o quadro e as perspectivas de sua incorporação no plano do ensino de Economia no país.



## Do desenvolvimentismo à teoria da dependência

Entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do XX, com o crescimento da produção industrial, começaria a gestar aquilo que na década de 1930 se concretizaria como a ideologia desenvolvimentista, alçada à condição de ideologia dominante em meados dos anos 1950.<sup>1</sup> Com ela, passou-se crescentemente a acreditar na possibilidade de encerrar aquele capítulo da história colonial, atrelado à produ-

ção de gêneros primários para o mercado internacional, por meio de políticas que incentivassem a industrialização, fortalecessem o mercado interno, gerando renda e emprego, e promovessem a soberania nacional. Assim, a conjugação entre uma política cada vez mais explicitamente industrializante e o nacionalismo econômico deu contorno aos sonhos de reinvenção do próprio país, livre das mazelas sociais que historicamente o caracterizaram, agora denominadas sinteticamente como marcas de nosso subdesenvolvimento.

O problema é que mesmo que o setor fosse progressivamente substituído enquanto “motor” das economias periféricas, ele permanecia como um limitador perene de suas possibilidades de crescimento. E o problema ainda maior é que mesmo quando era capaz de crescer conforme suas expectativas, não era capaz de eliminar os traços típicos do subdesenvolvimento.

O projeto desenvolvimentista revelava, assim, suas limitações conforme o avanço da industrialização sedimentava velhas e novas desigualdades sociais na economia brasileira e evidenciava o quanto os laços econômicos que nos prendiam ao capital internacional ainda nos amarravam<sup>2</sup>. É no contexto dessa crise do desenvolvimentismo, em meados dos anos 1960, que sur-



gira a matriz interpretativa da economia brasileira – ou, de modo mais amplo, da história da América Latina – conhecida como Teoria da Dependência.

## Teoria ou Teorias da Dependência

A Teoria da Dependência surge em meio a um quadro de desilusão ou ceticismo com relação à capacidade das políticas industrializantes de superar o subdesenvolvimento nacional. Sob seu nome abrigam-se, na realidade, conjuntos bastante díspares de contribuições teóricas.<sup>3</sup>

No Brasil, durante muito tempo, o título “Teoria da Dependência” esteve atrelado de forma quase incontornável ao nome de Fernando Henrique Cardoso, ou talvez, no máximo, a um grupo pouco mais extenso de cientistas sociais radicados no Cebrap, em São Paulo. Situação muito diferente acontece noutros países latino-americanos, onde os nomes de Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra – para ficar apenas nos três brasileiros que protagonizaram com Cardoso as principais disputas interpretativas sobre a dependência e conformaram o primeiro núcleo daquilo que se tornou conhecido por Teoria Marxista da Dependência (TMD) – são amplamente conhecidos.<sup>4</sup>

Diversos motivos ajudam a compreender o porquê dessas circunstâncias. O mais relevante deles talvez fosse o ambiente político que tornava o território brasileiro um terreno hostil aos intelectuais marxistas que debateram a interpretação de Cardoso sobre a dependência – o que permitiu, por exemplo, que as críticas de Cardoso a eles tivessem aqui circulação, enquanto as respostas a essas críticas não.<sup>5</sup>

O principal ponto de divergência entre essas perspectivas dizia respeito à existência ou não de legalidades sociais próprias identificadas com a formação das economias dependentes. Enquanto ambas as visões compartilhavam uma mirada crítica com relação ao desenvolvimentismo e seus resultados históricos, a análise de Cardoso e Faletto (1984) deixava espaço para a manutenção da crença

no desenvolvimento via industrialização, mesmo que sob condições de subordinação e manutenção de um quadro social questionável.

De outro lado, a TMD, especialmente na pena de Marini (2005), tentaria demonstrar que a condição de dependência se reproduzia como uma qualidade própria do tipo de capitalismo aqui instalado. Essa condição implicava a transferência de valor para as economias de capitalismo central, mas também a imposição de certos mecanismos de compensação que permitiam manter o vigor da acumulação interna de capital, dos quais a superexploração da força de trabalho aparecia como o mais relevante. Desse modo, a superação dos males comumente associados ao subdesenvolvimento não poderia ser verdadeiramente atacada no quadro da política desenvolvimentista – e sua falência levantava ainda a ameaça do fascismo como saída para gerir o “fracasso” do capitalismo dependente.<sup>6</sup>

## Teoria da Dependência e o ensino de Ciências Econômicas

Os avanços produzidos no âmbito da Teoria da Dependência – especialmente da TMD – não foram substantivamente incorporados aos estudos teóricos ou históricos sobre a realidade brasileira. No campo teórico, esse é um fenômeno de mais fácil entendimento, uma vez que o amplo domínio da teoria neoclássica sempre deixou um espaço apenas marginal a visões distintas de mundo. É verdade, e aqui temos um mérito digno de nota da academia brasileira, que as instruções que normatizam o ensino de Economia no Brasil foram capazes de preservar um espaço para a formação plural do economista, assegurando que tradições distintas do *mainstream* neoclássico ainda fossem ao menos conhecidas e garantindo que, se não em todas, ao menos em boa parte das instituições, a asfixia ortodoxa não fosse completa.

No campo dos estudos históricos, o problema é um pouco mais complexo, porque a despeito de também aqui se fazer

sentir a pressão exercida pelo domínio ortodoxo, não é possível ignorar que esta foi incapaz de substituir uma base de textos, de forte influência heterodoxa, amplamente consolidada.<sup>7</sup>

Ora, por efeito da própria “interdição” que houvera no debate sobre a teoria da dependência, não causa espanto sua ausência nesta matriz de textos formativos. Na melhor das hipóteses, poderíamos dizer que ela exerce uma influência indireta (e deformada), na medida em que ao menos as teses de Cardoso tiveram circulação e impactaram concepções como a de Cardoso de Mello (1986).

De fato, apenas no fim dos anos 1990, a TMD começou a ser mais conhecida no país de seus fundadores – por exemplo, a primeira publicação de *Dialética da dependência*, de Marini, em português aconteceria apenas em 2000. De lá pra cá, o campo se expandiu enormemente, dentro e fora do país, sendo um campo no qual muito se produz hoje, embora ainda esteja relativamente distante de boa parte dos cursos de Ciências Econômicas do país.

## Atualidade da Teoria da Dependência e notas para o futuro

A renovação da teoria da dependência na primeira década dos anos 2000 não pode ser adequadamente considerada a partir de uma ótica que considere apenas as disputas teórico-ideológicas e ignore o conjunto de problemas ligados à realidade do Brasil e do mundo no período.

Em primeiro lugar, porque, depois de anos de neoliberalismo rasgado, se ensaiou durante esse período um retorno ao desenvolvimentismo, mesmo que não sem contradições. Em segundo lugar, é preciso considerar que, ainda mais do que no período em que foi originalmente concebida a Teoria da Dependência, os últimos anos deixaram patentes tanto o adensamento dos nexos entre as diferentes economias nacionais, com a assim chamada globalização, quanto a permanência e o aprofundamento de suas hierarquias – ou, dito de outro modo, sua unidade no mer-



cado mundial enquanto uma unidade diferenciada. Assim, a despeito das aspirações de horizontalidade, a “globalização” atingiu os países dependentes e reforçou por todos lados a hierarquia global: a vulnerabilidade aos “humores do mercado”, ou mais rigorosamente aos fluxos de capital, sobretudo os especulativos, o fez pela via financeira; o mesmo ocorreu com a reorganização dos processos produtivos e dos fluxos de comércio, que produziu ao mesmo tempo a terceirização de certas atividades industriais para fora do centro e a reprimarização de parte da periferia.

O cenário continha, portanto, elementos que ecoavam problemas do passado que haviam sido tratados no quadro da Teoria da Dependência. Havia – e ainda há, é claro – também problemas novos que reforçam a necessidade de realizar mais que um mero retorno, e sim o que Carcanholo (2013) tem adequadamente reclamado como um resgate crítico da TMD.

Diante do quadro atual, a Teoria da Dependência mostra sua relevância conforme suas contribuições nos ajudam a dar conta de diversas das grandes questões

da contemporaneidade. Pois se somam à manutenção de velhos problemas já ali abordados como típicos da condição dependente, como as perdas de valor e a vulnerabilidade diante das economias centrais, a desigualdade socioeconômica e a superexploração da força de trabalho, as ameaças à democracia (mesmo formal) etc., novos questionamentos, como o caráter racializado e sexualizado das desigualdades ou a limitação das respostas industrialistas ou keynesianas de responder a esses desafios ignorando a crise ambiental, sem questionar a lógica sistêmica. Nem todas as respostas aos novos desafios estão contidas nos textos originais que conformaram a base da Teoria da Dependência, que na melhor das hipóteses tangenciaram algumas dessas questões. Mas estava presente ali a sensibilidade em identificar o aspecto sistêmico do problema e a coragem de propor a crítica radical do existente, em nome de um novo melhor. E o que precisamos dos economistas do futuro é justamente essa sensibilidade e essa coragem.

## Bibliografia

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CARCANHOLO, M. D. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência, *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 11, 2013.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

CARDOSO, F. H. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos, *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 4, 1995.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1977.

\_\_\_\_\_. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2013.

MELLO, J. M. C. de. *O capitalismo tardio*. São

Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO, F. C. *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil*. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

SAES, A.; MANZATTO, R.; SOUSA, E. Ensino e pesquisa em história econômica: perfil docente e das disciplinas de história econômica nos cursos de graduação de economia no Brasil, *História econômica & história de empresas*, v. 18, n. 2, 2015.

SANTOS, T. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. *Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2020.

\_\_\_\_\_. *Evolução histórica do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

\* É professor da Faculdade de Economia da UFF.

1 Cf. Bielschowsky (2000, p. 250). Bielschowsky traça um amplo perfil das diferentes posições ideológicas presentes no debate brasileiro para justificar a necessidade de políticas desenvolvimentistas. Não pretendemos aqui, contudo, resumir, mesmo que brevemente, a ampla variedade de perspectivas ali apresentada.

2 São exemplos dessas contradições as convulsões políticas que culminaram com a morte de Vargas, em 1954, e o golpe militar, de 1964 – embora não haja aqui espaço para discutir mais detidamente eventos históricos dessa magnitude. Uma avaliação de seu significado amparada na teoria da dependência pode ser vista, por exemplo, em Marini (2013) ou em Santos (2021).

3 Algumas tentativas de classificação das diferentes formas de abordar o problema da dependência podem ser vistas em Santos (2000). É por essa mesma razão que Cardoso (1994) revelaria, anos mais tarde, sua preferência pela expressão “enfoque” ao invés de “teoria” da dependência.

4 Talvez seja prudente mencionar aqui que outra vertente ainda dos estudos sobre a dependência elaborados nessa quadra histórica por Furtado (1974) e outros economistas ligados ao estruturalismo da Cepal. Apesar disso, é inegável que o nome de Furtado permaneceria atrelado antes ao desenvolvimentismo cepalino que à Teoria da Dependência em si.

5 Um aprofundamento em tudo que envolve esta história pode ser encontrado em Prado (2020) e Santos (2000).

6 Cf. Santos (2020).

7 A análise bibliométrica proposta por Saes, Manzatto e Sousa (2015), por exemplo, mostra que os “clássicos” (Furtado, Caio Prado Jr. e Cardoso de Mello) continuam a ser as obras mais recorrentes nos cursos de história econômica do Brasil.